TL 7256

Coral

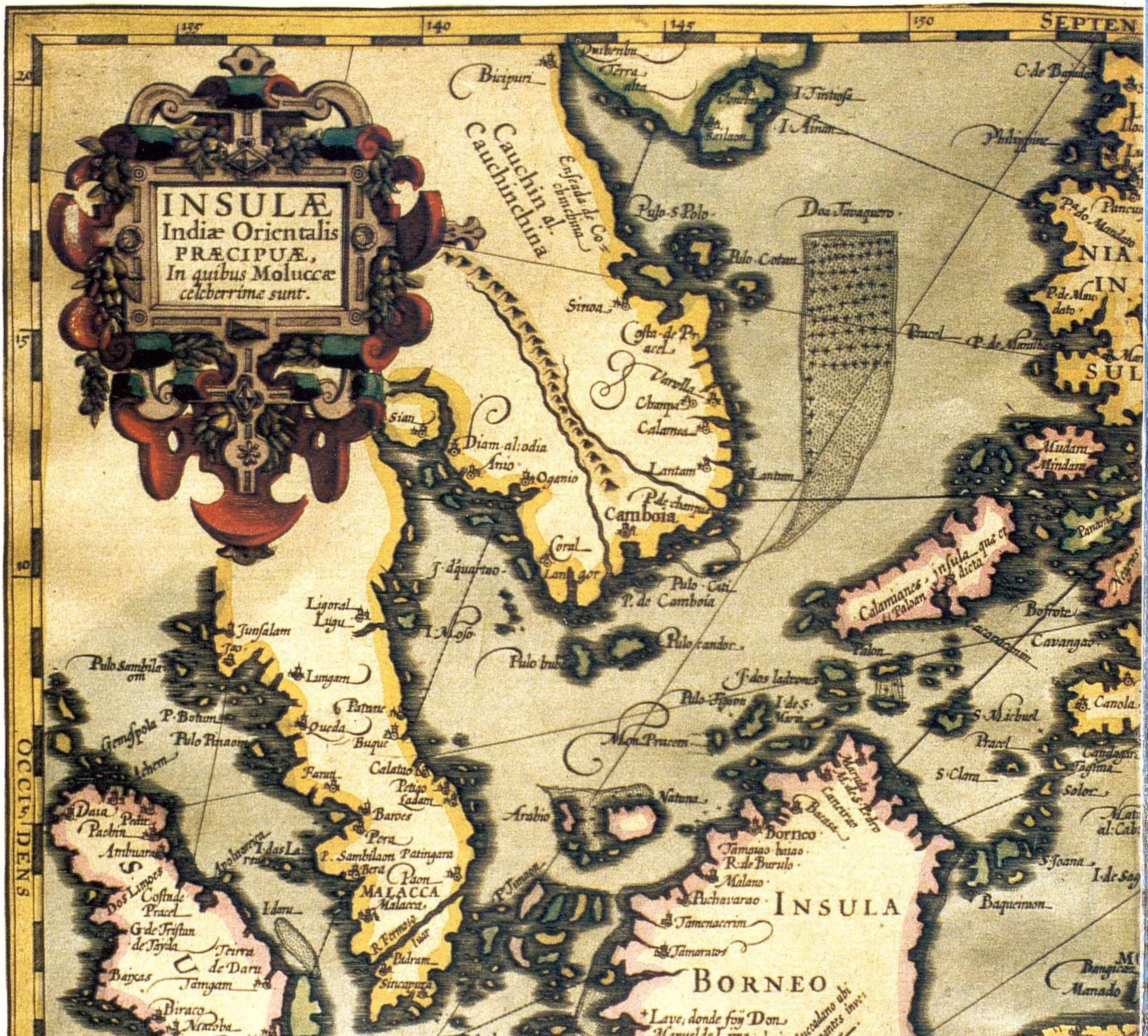
REVISTA DA FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA BORJA DA COSTA

N.° 1 • DEZEMBRO 1991 • 500$00

A TERRA DO GRANDE CROCODILO

UMA HISTÓRIA POR CONTAR

SÁ MACHADO FALA DE TIMOR

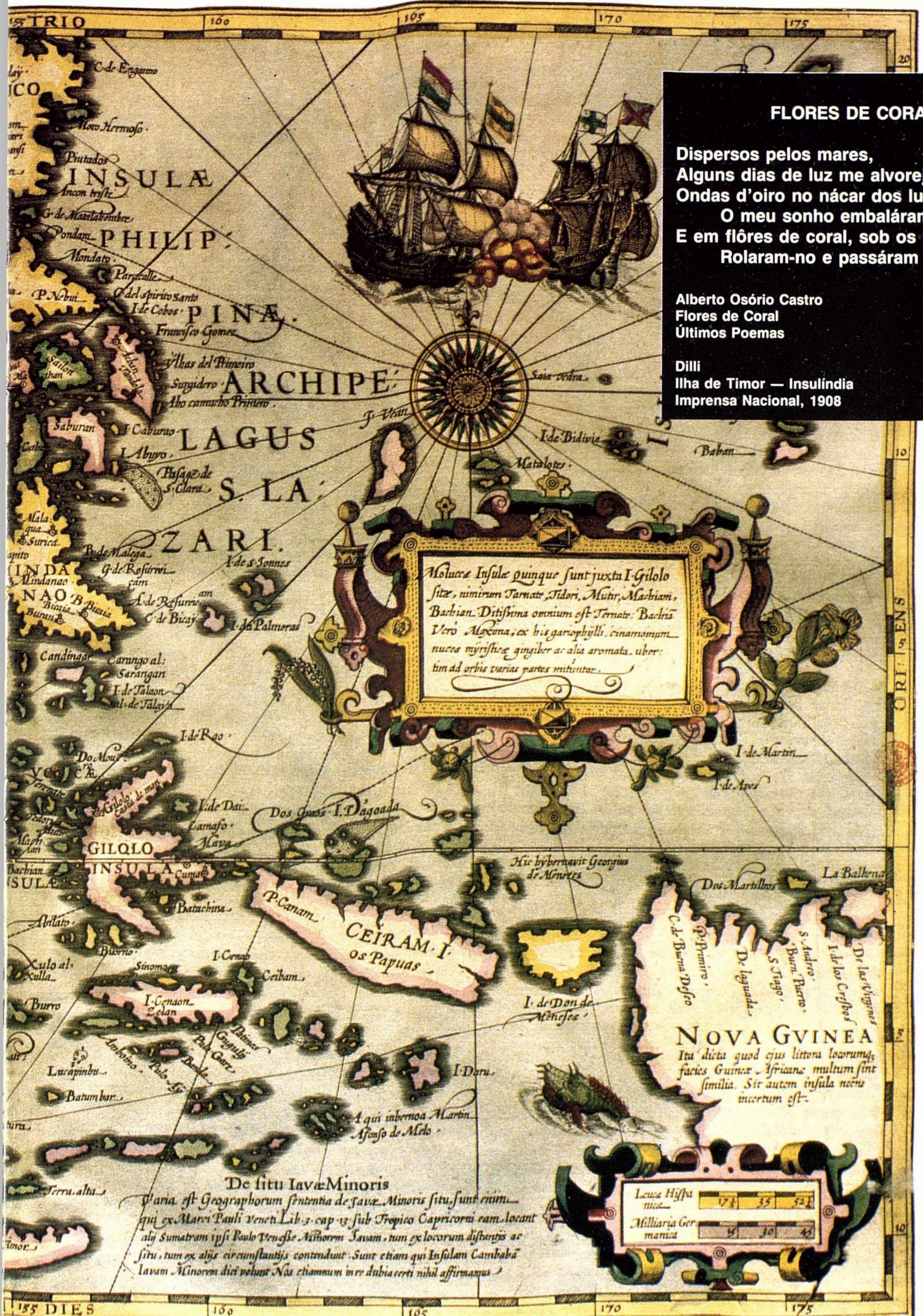

INSULÆ
Indiæ Orientalis
PRÆCIPUÆ,
In quibus Moluccæ
celeberrimæ sunt.
135
140
145
150
SEPTEN
MERI
OCCIDENS
Cauchin al. Cauchinchina
Enseada de Cochinchina
Bicipuri
Terra alta
I. Tinhosa
I. Ainan
Pulo S. Polo
Doa Tavaquero
Pulo Cotan
Sinoa
Costa de Pracel
Pracel
P. de Manilhas
Varella
Champa
Calamea
Lantam
P. de champa
Camboia
Coral
Lan gor
Pulo Citi
P. de Camboia
Pulo condor
Pulo bu
Sian
Diam al. odia
Anio
Oganio
I. dquarteo
Ligoral
Lugu
I. Moso
Junsalam
Tao
Pulo sambilaom
Lungam
Patane
Queda
Buque
P. Botum
Pulo Pinaom
Gensfpola
Achem
Farau
Calatuo
Petigo
Ladam
Baroes
Pera
P. Sambilaon
Patingara
Bera
Paon
MALACCA
Malacca
R. Formoso
Iuar
Padram
Sincapura
Pedrabranca
Bintan
Linga
Tamea
Pulo puo
Pulo tuio
C. de Mopi
Banca
Chinabata
Arabio
Natuna
Pulo Timon
Pulo Pisson
I. de S. Maria
I. dos ladrones
Mon Pracen
Calamianes insula quæ et Paloan dicta est
Paloan
Bofrote
Cavangao
Canola
S. Michael
Pracel
S. Clara
Solor
S. Joana
Baqueimon
Mindaro
Mindanao
Manado
Bangica
Tetolli
Durates
Celebres
Saies
Momayio
Curicuri
Mardar
Tabuco
Gintao
Malisi
Cian
Paqui
Tubon
I. de S. Beo
Boto lais
Borneo
Tamaiao baiao
R. de Burulo
Malano
Puchavarao
Tamenacerim
Tamaratos
INSULA
BORNEO
Lave, donde foy Don Manuel de Lima
Succadano ubi adamantes inveniuntur
machri
Lave
Bander
Paco
Caburo
Taiao
Puco
Tanjampuro
Batuao
Cadapao
Vasacora
Calanbua
Cramata
Suroto
Panangan
Blacana
Crimata
Surato
Pangam
Nisaira
P. Leboe
S. Madura
Agacao
Supa
Daia
Pedir
Pacbin
Ambuara
Dos Limões
Apolonia
I. das Lareas
Costa de Pracel
G. de Tristan de Tayda
Terra de Daru
Idaru
Baixas
Tamgam
Biraco
Naroba
Bacalis
SUMATRA
Saida
Andrelas
C. de Corentes
G. de Batalha
Ascalatigo
Ocos
Bata
Sabi
Anarrelhos
Botomgio
Palimbão
Bacasde
Andepuro
Manancabo
Saida de Canal
I. de Lampaon
Bata
Nimtaon
I. de Tristeza
Enganno Ins.
Drono
P. Carcata
P. Carcata
Chyrmaon
Iaru
Esse Bonger
Esso Sucar
IAVA quæ dicitur MAIOR
P. Balij
Aram
Cambab
Batuliar insula
Cambaba insula nonnullis Iava minor dicitur
Huc Franciscus Drac appulit
5
10
15
20

FLORES DE CORAL

Dispersos pelos mares,
Alguns dias de luz me alvorejáram.
Ondas d'oiro no nácar dos luares
O meu sonho embaláram.
E em flôres de coral, sob os palmares
Rolaram-no e passáram

Alberto Osório Castro
Flores de Coral
Últimos Poemas

Dilli
Ilha de Timor — Insulíndia
Imprensa Nacional, 1908


INSULÆ
PHILIP.
PINÆ.
ARCHIPELAGUS
S. LAZARI.
Moluccæ Insulæ quinque sunt juxta I. Gilolo
sitæ, nimirum Ternate, Tidori, Mutir, Machiam,
Bachian. Ditissima omnium est Ternate: Bachiã
Vero Maxima; ex his gariophylli, cinamomum,
nuces myristicæ, gingiber ac alia aromata uber:
tim ad orbis varias partes mittuntur.
GILOLO
INSULA
CEIRAM I.
os Papuas
NOVA GVINEA
Ita dicta quod ejus littora locorumq; facies Guineæ Africanæ multum sint similia. Sit autem insula necne incertum est.
De situ Iavæ Minoris
Varia est Geographorum sententia de Iavæ Minoris situ, sunt enim qui ex Marci Pauli Veneti Lib. 3. cap. 13 sub Tropico Capricorni eam locant alij Sumatram ipsi Paulo Venetis Minorem Iavam, tum ex locorum distantijs ac situ, tum ex alijs circumstantijs contendunt. Sunt etiam qui Insulam Cambaba Iavam Minorem dici volunt. Nos etiamnum in re dubia certi nihil affirmamus.
Leucæ Hispanicæ 17½ 35 52½
Milliaria Germanica 15 30 45
160
165
170
175

ATLAS — GERARDI MERCATORIS (1613)
Mapa da Insulíndia
BNL

SUMÁRIO

Editorial 5
Notícia 6
...E os Portugueses chegaram a Timor 8
O fascínio do sândalo 15
Plantas de virtudes várias 18
Cantar faz parte da vida 20
O australiano tranquilo 25
Bolsas de estudo, um aproveitamento exemplar 27
Abriu-se finalmente uma porta 32
Povos de Timor, povo de Timor 33
Era uma vez um corcodilo 37
Ruy Cinatti: Hei-de chorar as praias mansas de Tíbar e Díli 41
Vermelha a terra azul o mar 45
A cobra de oiro 49

CORAL
Edição da Fundação Austronésia Borja da Costa

Director:
Abílio Araújo

Director-adjunto:
Luís da Costa

Editor:
Guilhermina Lobo Araújo

Coordenador:
Maria Júlia Fernandes

Colaboram neste número:
M. O. Lameiras Campagnolo (Antropologia)
Henri Campagnolo (Antropologia)
Diana Andringa
Simão Barreto (Música)
Isabel Horta
Manuel Lobato (História)

Textos das obras de:
António Pigafetta
Alberto Osório de Castro
Fernando Sylvan
Ruy Cinatti

Arranjo gráfico:
Raimundo Santos

Fotografias de:
Luís Moutinho
Paulo Figueiredo
Arquivo da FABC
Arquivo de Publicações ALFA

Ilustrações:
Nicolau Tudela
António Domingues

Revisão:
António Moreira

Fotocomposição, paginação e fotolito:
Alfanumérico, Lda.

Selecções e montagem:
Textype, Artes gráficas, Lda.

Impressão e acabamento:
Tipografia Guerra — Viseu

Semestral
SEDE: Rua Caetano Alberto, 19 — 1000 LISBOA
Depósito legal n.º 43 956/91

CIDAC
Centro de Documentação

EDITORIAL

TIMOR, ILHA DE CORAL NA INSULÍNDIA

De múltiplos cambiantes e formas de rara beleza, o coral que povoa o mar das costas de Timor passou a ser referência indissociável da ilha, para navegadores experimentados nas artes de marear.

Em Díli, bancos de coral estão postados, qual sentinela vigilante, à entrada da baía, como que a proteger os filhos da ilha do crocodilo.

Coral era o nome do boletim dos alunos do Seminário de Nossa Senhora de Fátima de Dare, em Díli, na década de sessenta. Dir-se-ia que grande parte da actual élite timorense não ceifada pela guerra revelou no *Coral* os seus dotes literários, e nele bebeu, de mestres da Sabedoria, o amor à cultura e à história do seu povo, numa enriquecedora aprendizagem dos valores universais de outras culturas e civilizações.

Abílio Araújo *

Coral é, a partir de agora, o nome da revista que a Fundação Austronésia Borja da Costa tem a grata satisfação de apresentar ao público.

O massacre no cemitério de Santa Cruz, em Díli, em 12 de Novembro passado, por ocasião da celebração do dia das Flores Amargas — sétimo dia —, em memória do jovem Sebastião Rangel, assassinado pelas forças indonésias, vem, uma vez mais, chamar a atenção mundial para o drama e tragédia que se abateram sobre o povo de Timor Leste, em 7 de Dezembro de 1975.

O Estado Português tem desencadeado, no plano jurídico-diplomático, várias acções com vista à obtenção do apoio internacional em relação à posição portuguesa no que tange à defesa do legítimo direito do povo maubere à autodeterminação. A autodeterminação de um povo pressupõe não só a sua sobrevivência enquanto comunidade física de pessoas, mas também a sua existência moral enquanto reportório vivo e coerente de uma língua, cultura e tradição próprias.

Para além de inúmeras violações do Direito Internacional, e dando continuidade à sua conhecida política de genocídio cultural do povo de Timor Leste, a Indonésia tem procurado, por todos os meios ao seu alcance, destruir a identidade nacional, a cultura e a personalidade próprias do povo maubere, bem como os fortes laços históricos que unem a o povo timorense ao povo português.

É sabido que a diáspora que se seguiu à invasão daquele território veio acentuar ainda mais o grave perigo de «despersonalização» que impende sobre o povo de Timor Leste. Daí que a situação de Timor Leste não possa deixar de ser encarada também na sua vertente sócio-cultural e histórica, já que as três grandes matrizes referenciais da cultura do povo de Timor Leste — a austronésia, a portuguesa e a cristã — se encontram fortemente ameaçadas.

Com efeito, a política de assimilação forçada da cultura indonésia imposta pelo ocupante — essencialmente dirigida às crianças e aos jovens em geral — tem um desígnio que parece claro: submergir, num «mar» fortemente islamizado, as expressões mais relevantes da presença lusíada e cristã ainda em voga naquelas paragens.

Coral, revista da Fundação Austronésia Borja da Costa, é uma janela aberta sobre Timor e o povo maubere, na óptica histórico-cultural e na sua inserção e relacionamento com o mundo.

Só um conhecimento aprofundado dessas realidades, sedimentadas ao longo dos séculos, permitirá compreender os acontecimentos que se desenrolam no palco de Timor, e perspectivar uma linha de actuação que contríbua para construir os alicerces de uma cooperação profícua entre os povos.

Seja a revista *Coral* um meios capaz de congregar investigadores, cientistas, intelectuais e artistas de todas as áreas, em torno do projecto magno de que a Fundação Austronésia Borja da Costa é portadora, e cujas acções já realizadas, no curto período da sua existência, lhe granjearam o reconhecimento de múltiplos sectores, em Portugal e no estrangeiro, e que mereceu da parte do Governo português, a Declaração de Instituição de Utilidade Pública.

Muito há ainda por fazer.

A escassez de recursos humanos e materiais que a guerra e o genocídio vieram a agravar não passou despercebida a muitos amigos sem os quais não teria sido possível editar este primeiro número. Bem haja a todos!

Por isso, a revista *Coral* assume-se, também, como o mensageiro da fraternidade para com o martirizado povo de Timor Leste que, embora vivendo horas de incerteza, no presente, mantém vivo o tição fumegante da lareira do seu «knua» — aldeia — a atestar vida e esperança num futuro melhor.

* Presidente do Conselho de Administração da Fundação Austronésia Borja da Costa.

FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA BORJA DA COSTA

SEIS ANOS DE VIDA

Quando nasceu em 1985, a Fundação Austronésia Borja da Costa já possuía um projecto ambicioso: dar a conhecer Timor e os Timorenses através da sua história e dos seus valores, em suma, da sua cultura.

Uma cultura muito peculiar assente na primitiva civilização neolítica dos austronésios, temperada pela influência dos portugueses e do Cristianismo. Nestes seis anos de actividade foram dados alguns passos importantes no sentido de atingir o objectivo, e conseguiram-se algumas pequenas vitórias para lançar alguma luz sobre um povo que apesar de estar tão perto, se situava, afinal, tão longe do conhecimento dos portugueses. E se a tarefa de preservação de um património valioso e, muitas vezes, confrangedoramente descuidado, passa praticamente despercebida, já as acções de divulgação são responsáveis por alguns aspectos mais visíveis do trabalho da Fundação. Estão nesta linha de divulgação a edição de obras como o Cancioneiro — ele próprio uma forma de conservar o património musical do povo maubere — e a «Cantolenda maubere», uma aliciante proposta de viagem pelo imaginário timorense. Outras iniciativas foram exposições de pintura e fotografia, como «Timor Leste, um Povo, um Percurso»,

com trabalhos da fotógrafa canadiana Elaine Briere. E as actuações dos grupos de música popular timorense que, apoiados para melhorar e enriquecer o seu reportório, têm vindo a abraçar novas formas de expressão artística, de que é exemplo a peça «Beileira», com dramatização de Carlos Melo e levada à cena pelo «Kdadalak-teatro».

É ainda de referir a participação noutras iniciativas nesta área, nomeadamente no filme «Flores Amargas», realizado por Margarida Gil para a RTP.

Mas se o carácter mais espectacular destas acções permite sensiblizar sectores cada vez mais amplos da sociedade portuguesa, é através do acervo documental já recolhido — embrião de um Centro de Documentação e Informação mais amplo —, que tem sido possível conquistar os sectores universitários e suscitar o interesse de alunos e professores para o conhecimento aprofundado de temas tão diversos como a História, a Linguística ou a Literatura timorenses.

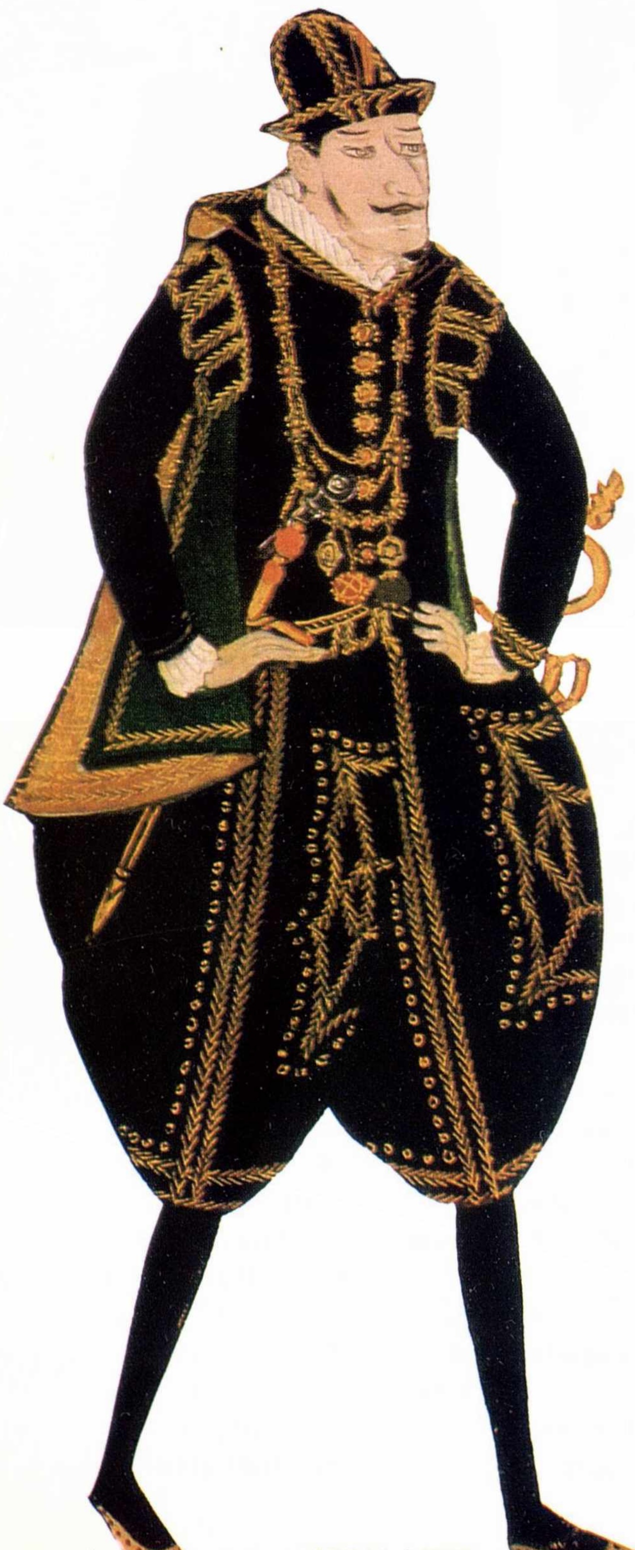
De particular incidência junto da comunidade timorense em Portugal, são as acções de âmbito sócio-cultural, especialmente viradas para as crianças com quem a FABC festeja anualmente o Natal, distribuindo prendas, lanches e a alegria dos palhaços.

Particular atenção tem sido também dedicada aos jovens timorenses, a quem é dirigido um alargado programa de Bolsas de Estudo.

Uma presença mais marcada da cultura timorense em Portugal contribuirá seguramente para tornar mais festivo este encontro de cultura que os portugueses vêm promovendo há vários séculos.

...E OS PORTUGUESES CHEGARAM A TIMOR

Manuel Lobato *



Quando os portugueses, em 1511, se estabeleceram em Malaca, o maior entreposto comercial do sueste asiático situado na costa ocidental da península malaia, obedecendo ao plano geral traçado por Afonso de Albuquerque de se apropriar dos principais eixos do comércio do Índico, deparou-se-lhes uma vasta região composta por inúmeras ilhas de dimensão e importância muito variada, conhecida dos antigos geógrafos greco-latinos como sendo a célebre *Aurea Chersoneso* da geografia ptolomaica. Um dos aspectos que mais surpreendeu os primeiros portugueses ali chegados foi o facto de que, não só algumas das drogas mais valiosas e renomadas em todo o continente euroasiático eram provenientes deste vasto e contrastado mundo insular — a que por comodidade se costuma chamar o Arquipélago —, mas sobretudo certas especiarias e drogas só se podiam encontrar num número muito reduzido de ilhas situadas na parte oriental deste Arquipélago, quase nos seus confins, onde cresciam espontâneamente, sem outro trabalho que o de serem colhidas e exportadas. Assim, o cravo só podia ser obtido nas minúsculas ilhas Molucas, a noz moscada e maça no arquipélago de Banda, enquanto o sândalo provinha quase exclusivamente das Pequenas Sunda, entre as quais Timor se destacava pela abundância e qualidade desta madeira preciosa que crescia nas encostas das suas montanhas.

Por isso, desde o início, os portugueses não puderam ignorar a existência de Timor que os mercadores asiáticos de Malaca demandavam cada ano nas suas embarcações em busca do precioso sândalo. Por isso também, faz pouco sentido falar-se do «descobrimento» de Timor, pois tanto Oceano Índico, como o Mar da China, há séculos que eram sulcados pela navegação asiática. Assim, logo após a conquista de Malaca, os portugueses viajaram para as Molucas onde crescia o cravo, a mais valiosa de todas as especiarias de luxo. Desta primeira incursão portuguesa no Arquipélago oriental, que não passou além das ilhas de Banda, resultou a feitura de algumas cartas geográficas da autoria do piloto Francisco Rodrigues, com base nas observações feitas durante a viagem e no exame de cartas dos navegadores asiáticos, em que, pela primeira vez em mapas europeus, as Pequenas Sunda, incluindo Timor, surgem já assinaladas, apesar de não terem sido visitadas, mas apenas algumas delas avistadas pelos portugueses, como a ilha das Flores ou Larantuca, que o nosso cartógrafo representou ligada a Solor, erro grosseiro mas justificável na medida em que, se por ilhas de Solor se deve sobretudo entender, além da ilha de Solor propriamente dita, as de Adunara e Lomblém, em sentido lato Solor chegava por vezes a designar as Pequenas Sunda e, por maioria de razão, a referida Larantuca e Timor que são vizinhas de Solor. Enquanto Francisco Rodrigues cartografava as mais recentes «descobertas» portuguesas nos confins do Índico, com o propósito de remeter para o rei D. Manuel uma representação fiável e coerente do mundo que se abria aos portugueses um seu compatriota, Tomé Pires, redigia, com o mesmo objectivo, a mais completa geografia económica do Oceano Índico escrita por europeus na primeira metade do século XVI. Nesta obra, intitulada *Suma Oriental,* o autor regista as primeiras informações colhidas pelos portugueses sobre a geografia, a organização política e o comércio da Solor e Timor.

Apesar da preocupação em dar a conhecer os segredos que o Arquipélago encerrava, nenhum registo ficou assinalando a primeira vez que portugueses idos de Malaca terão aportado a Timor. Impedidos pelos inúmeros problemas derivados do estabelecimento recente e pela falta de meios navais nos primeiros anos da sua presença em Malaca, os portugueses limitaram-se a adquirir o apreciado sândalo a mercadores asiáticos que aqui o traziam a vender, ao mesmo tempo que iam recolhendo informações mais precisas sobre a ilha que ansiosamente desejavam visitar. Assim, o projecto de estabelecer um contacto directo com os naturais de Timor foi sendo sucessivamente adiado até cerca de 1515, altura em que, sem dúvida, os portugueses ali terão chegado pela primeira vez. A partir de então não mais deixaram de frequentar Solor e Timor, juntando-se aos chineses, javaneses, malaios e macaçares que há muito ali adquiriam sândalo. Em 1518 os portugueses já tinham adquirido, no local, um suficiente conhecimento de Timor, mas não haviam ainda visitado as ilhas vizinhas, donde também vinha algum sândalo para Malaca.

Timor, oferecia más condições para albergar os mercadores estrangeiros. Em todo o perímetro da sua extensa costa, apenas dois ancoradouros seguros e abrigados acolhiam os visitantes, e mesmo esses eram muito pouco usados, pois havia que demandar outros portos de modo a encurtar o tempo de viagem e o custo do transporte, até ao litoral, do sândalo, do mel e da cera, produtos também muito procurados, provenientes do interior da ilha. Aliás Timor, como a generalidade das restantes ilhas que compõem as Pequenas Sunda, estava fragmentada em inúmeros pequenos reinos que se digladiavam insistentemente, o que impedia a livre-circulação ao longo da sua costa e obrigava a negociar com cada rei local, criando uma compartimentação e um clima de insegurança que não favoreciam a fixação de comunidades mercantis muçulmanas, sobretudo javanesas. De cada vez que fundeavam em Timor, os portugueses eram obrigados a aguardar a vez de carregarem as suas embarcações em condições de grande incomodidade.

Condições mais favoráveis oferecia a pequena ilha de Solor, situada a noroeste de Timor. Nela também havia algum sândalo, ainda que de qualidade inferior. Possuía, acima de tudo, um bom ancoradouro e um clima mais aprazível, enquanto a sua densidade populacional era uma das mais baixas e os seus habitantes menos belicosos que os timorenses. Os portugueses começaram a utilizá-la como base das actividades comerciais que mantinham em Timor, imitando outros mercadores asiáticos, nomeadamente chineses que visitavam a ilha em grande número. Era o local onde invernavam, isto é, onde aguardavam as monções de Junho ou de Outubro, os ventos propícios para regressarem a Malaca.

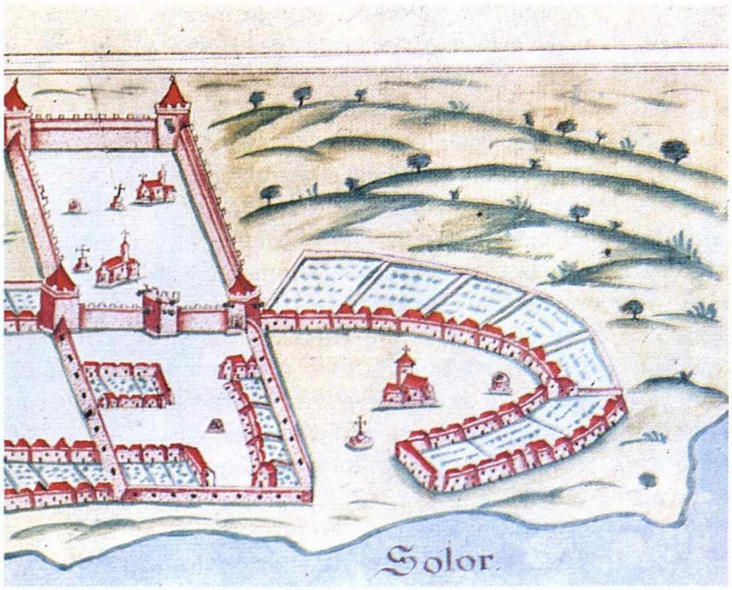
No século XVI, os mercadores portugueses que se ocupavam do comércio de sândalo provinham de Malaca e, a partir de meados desse século, também de Macau, Goa ou Cochim para Macau e Japão — habitualmente chamada viagem do Japão —, passou a poder enviar uma embarcação por ano a Solor e Timor que, partindo de Malaca, depois de carregada de sândalo, rumava a Macau. Frequentemente, este capitão vendia a viagem a mercadores de Macau que, assim, desde muito cedo, surgem estreitamente ligados aos destinos de Timor, situação que subsistiu até uma época recente.

As primeiras Comunidades

Os dominicanos, detentores da exclusividade da missionação nas Pequenas Sunda, em particular no arquipélago de Solor e Timor, reivindicaram para si a primazia na introdução do cristianismo naquelas ilhas que, curiosamente, se teria iniciado por Timor e não por Solor, onde, no entanto, a presença portuguesa tinha já um certo peso. Não só a *História de S. Domingos* do fr. Luís de Sousa, uma obra tardia, mas também o *Tractado em que se contam por extenso as coisas da China* do fr. Gaspar da Cruz, dão um tal fr. António Taveira, que teria desembarcado em Timor em 1556 e convertido um rei local, como sendo o primeiro missionário naquelas remotas ilhas. Segundo este autor quinhentista, «Tem feito um frade de S. Domingos passante de cinco mil cristãos na ilha de Timor donde vem o sândalo, e na ilha de Ende tem feito muitos».

Em meados do século XVI, mais de 200 mercadores portugueses invernavam anualmente em Solor, não contando com os que ali se tinham fixado. A presença portuguesa nesta região produtora de sândalo deve ter conhecido um forte incremento nesta época com o estabelecimento dos portugueses em Macau, pois o sândalo de

Timor destinava-se sobretudo ao mercado chinês. Em Solor já então existia uma pequena comunidade muçulmana, com sua mesquita, orientada espiritualmente por «cacizes» provenientes da Índia que ali residiam permanentemente. Mas um dos quatro reis que se haviam feito muçulmanos abandonou o islamismo para abraçar a fá cristã. Como as Molucas, também Solor estava a tornar-se palco de um proselitismo religioso agressivo a cargo do «clero» muçulmano e de padres cristãos. As perspectivas que se abriam à cristianização eram, contudo, risonhas. Além de bom número de conversos em Solor, em 1558 havia também uma pequena comunidade composta por umas centenas de cristãos na ilha das Flores ou Larantuca, agrupados em torno de um rei convertido e de alguns moradores portugueses com seu vigário. Larantuca virá a desempenhar um papel tanto ou mais importante que Solor no estabelecimento dos portugueses em Timor.



Condições mais favoráveis oferecia a pequena ilha de Solor, situada a noroeste de Timor

Assim, a acção dos primeiros dominicanos em Solor, Timor, Larantuca e Ende, de modo algum surge isolada, antes se insere na penetração portuguesa e cristã nestas ilhas, que aqueles missionários passam a liderar.

Em 1562, o bispo de Malaca, ele próprio um dominicano, enviou alguns frades da sua ordem, sob a chefia de fr António da Cruz, para a cristandade de Solor, onde um pequeno convento foi fundado. Construído em materiais perecíveis e saqueado por javaneses dois anos mais tarde, foi convertido em recinto fortificado onde se acolhiam os muitos nativos que então se converteram à fé cristã após os javaneses terem sido repelidos da ilha com ajuda portuguesa vinda de Malaca e das Molucas. A fortificação em breve dava lugar a uma verdadeira fortaleza, começada a construir em 1566, que veio juntar-se à que os portugueses já possuíam em Ternate, nas Molucas. A partir de Solor, fr. António da Cruz dirigia uma dúzia de núcleos cristãos dispersos pelas ilhas de Timor, Adunara, Ende, Flores (Larantuca) e Savu, não descurando a implantação de estruturas político-militares capazes de assegurar a continuidade da sua presença. Assim, além da fortaleza de Solor que os dominicanos sustentavam — cabendo-lhes nomear e pagar a um capitão que a defendesse, até que em 1585 passou para a tutela da coroa —, em 1595 foi construída pelos religiosos uma outra fortaleza na ilha de Ende. Esta fortaleza surgiu na sequência da protecção militar portuguesa dispensada aos seus habitantes contra os assaltos dos corsários javaneses. A vitória portuguesa em Ende deu lugar a um baptismo geral, pelo que, à sombra da fortaleza, nasceram três povoações cristãs nesta ilha.

De facto, as ilhas estavam sujeitas a ataques frequentes levados a cabo sobretudo por frotas de guerra provenientes de Java, Macaçar e doutros reinos menores das Celebes. Este estado de coisas levava as populações de Larantuca, cuja soberania o rei de Macaçar reivindicava com o único propósito de extorquir tributos aos seus habitantes, a fixarem-se longe da faixa costeira castigada pelas frotas inimigas. Os muçulmanos possuíam mesmo várias fortificações nestas ilhas, nomeadamente a fortaleza do Torrão, na ilha de Lamala ou Adunara. A sua política orienta-se no sentido de desestabilizar a presença portuguesa, fomentando a revolta contra ela. Estas revoltas contra os portugueses, sobretudo na pequena ilha de Solor, estavam ligadas ao facto de a aceitação do cristianismo representar uma perda efectiva de poder político por parte dos chefes tradicionais, que passavam a estar dependentes do capitão da fortaleza. Aliás, a conversão ao cristianismo era ditada, frequentemente, pelo temor do poderio português, conservando os régulos práticas cripto-mulçumanas. Tal foi o caso do régulo da povoação anexa à fortaleza de Solor. Já em 1581 os habitantes de Solor haviam oferecido a sua terra ao sultão de Ternate a troco de este os ajudar a expulsar os portugueses. Em 1598, aquele régulo de Solor desencadeou a revolta dos Lamaqueiros — do nome da povoação que veio a desempenhar o principal papel — a qual lavrou por sete meses até ser sufocada, tendo a fortaleza chegado a estar na posse dos revoltosos e tendo sido destruídas todas as igrejas situadas fora do seu perímetro defensivo.

Em Ende a situação não era muito diferente: segundo informação de um «lançado» português residente em Macaçar, os nativos de Ende eram cristãos à força, o que tornava a ilha e a fortaleza portuguesa vulnerável aos ataques de Macaçar.

Entre 1603 e 1613, as comunidades portuguesas e cristãs nas Pequenas Sunda conheceram uma vida tranquila e uma certa prosperidade comercial que atraiu a cobiça holandesa. Foi criada uma alfândega, enquanto o poder era repartido entre os capitães da fortaleza e os padres de S. Domingos que eram, cada vez mais, elementos mestiços ou conversos indo-portugueses, preocupados mais com o comércio que com as almas. O comércio de sândalo deve ter então ultrapassado as mil toneladas por ano, tornando-se uma fonte de conflitos entre os dominicanos e os capitães da fortaleza nomeados pela coroa, alguns dos quais foram impedidos de exercer as suas funções pelos religiosos.

Em 1613 os holandeses, que tinham praticamente expulso os portugueses das Molucas na década anterior, ocuparam a fortaleza de Solor onde se mantiveram dois ou três anos, decidindo abandoná-la por lhes parecer pouco rentável. A resistência portuguesa tinha-se transferido entretanto para o interior de Solor e para Larantuca, estando a cargo do «capitão-mor» Francisco Fernandes, um converso natural de Solor, assistido por alguns mestiços, os conhecidos *topasses* ou «portugueses negros», como lhes chamavam os holandeses. Desde esta data que se pode constatar serem as estruturas políticas e sociais implantadas pelos portugueses e protagonizadas pelos mestiços e conversos as responsáveis pela permanência da soberania portuguesa em Solor e Larantuca, como mais tarde em Timor. Contudo, a cristandade em Solor perdera-se com a fortaleza — os lamaqueiros haviam-se islamizado e desafiavam os portugueses —, onde os holandeses voltaram a instalar-se entre 1618 e 1629, comprometendo a restauração daquela cristandade. Os dominicanos ainda reconstruíram a fortaleza de Solor em 1631 com dinheiros dos mercadores de Macau — as restrições impostas

A ILHA

«Partimos da ilha de Malua no sábado, 25 de Janeiro de 1522, e no domingo, 26, chegámos a uma ilha grande [1] que dista cinco léguas daquela, a su-sudoeste.

Fui a terra, só, para falar ao homem principal duma vila chamada Amabon [2], a fim de que nos desse vitualhas.

Respondeu-me que daria búfalos, porcos e cabras; não podemos porem, chegar a acordo porque queria muitas coisas por um búfalo.

Constrangidos pela fome e porque tínhamos pouco para dar, retivemos a bordo um dos homens principais de outra ilha chamada Balibo [3], e um seu filho.

Com medo de que o matássemos, deu-nos logo seis búfalos, cinco cabras e dois porcos, e, para completar o número de dez porcos e dez cabras, outro búfalo. O resgate fora fixado assim.

Mandámos depois pô-los em terra, contentíssimos com os presentes recebidos de linho, panos da Índia, de sêda e algodão, machados, faquinhas indianas, tesouras, espelhos e facas.

O senhor com quem fui falar era servido somente por mulheres. As mulheres andam, como as outras atrás referidas, todas nuas; trazem pequenos brincos de ouro com fios de seda pendentes, nas orelhas. Nos braços, até aos cotovelos, têem muitas manilhas de ouro e de latão.

Como as mulheres, os homens andam nus, usando apenas certas coisas de ouro redondas como um trincho, amarradas ao pescoço; no cabelo usam pentes de cana enfeitados com aneis de ouro. Alguns trazem nas orelhas, seguros por aneis de ouro, gargalos de cabaças secas.

Esta é a única ilha onde se encontra o sândalo branco. Também há ali gengibre, búfalos, porcos, cabras, galinhas, arroz, bananas, cana doce, laranjas, limões, cera, amêndoas, outras coisas e papagaios de diversas cores.

Os quatro irmãos que são reis desta ilha vivem no outro lado da mesma.

No sítio em que nós estávamos havia algumas povoações onde residiam alguns dos homens principais.

São os seguintes os nomes das quatro localidades que os reis habitam: Oibich, Lichsana, Suai e Cabanaza [4]. Obich é a maior.

Disseram-nos que num monte em Cabanaza há bastante ouro, e que os habitantes compram todas as suas coisas com pedacinhos daquele metal.

Todo o sândalo e cera transacionado pelos de Java e Malaca provém destes sítios.

Encontrámos aqui um junco de Lozon, vindo para negociar em sândalo.

Estes povos são gentios.

Quando vão cortar o sândalo, disseram-nos, aparece-lhes o demónio sob várias formas e diz-lhes que lhe peçam qualquer coisa de que necessitam. Esta aparição deixa-os doentes uns quantos dias.

O sândalo corta-se numa determinada fase da lua; de outra forma não seria bom.

As mercadorias que ali se permutam pelo sândalo são panos vermelhos, linho, machados, ferros e pregos.

Esta ilha, toda habitada, é muito comprida no sentido levante poente e pouco larga na direcção norte sul. Está na latitude de dez graus do pólo antárctico e em cento e setenta e quatro graus e meio de longitude da linha de demarcação. Chama-se Timor.

Excerto do relato de António Pigafetta, *Fernão de Magalhães, A sua vida e a sua viagem, Visconde de Lagôa*, Lisboa, «Seara Nova», 1938.

[1] Timor.

[2] Povoação costeira da ilha de Timor.

[3] Povoação costeira de Timor.

[4] Povoações da costa meridional de Timor.

pelos japoneses ao comércio português no Japão haviam feito mergulhar aquela praça comercial portuguesa do extremo-oriente num certo marasmo económico, daí o interesse em conservar outros mercados, como o do sândalo de Timor —, mas foi abandonada definitivamente em 1636. A fortaleza de Ende parece ter resistido alguns anos, mas em 1635 já não existia.

Como consequência das acções holandesas e do fim da presença portuguesa em Solor, os muçulmanos incrementaram a sua actividade na região a partir da sua fortaleza de Adunara, reconstruída em pedra à maneira europeia. Os mestiços e conversos larantuqueiros, comandados por Francisco Fernandes, combateram-nos com algum sucesso, apoiados por castelhanos das Filipinas, que estavam também muito activos na zona das Molucas, embora uns e outros não tivessem conseguido desalojar os «mouros» de Adunara, que contavam, por seu turno, com o auxílio dos holandeses.

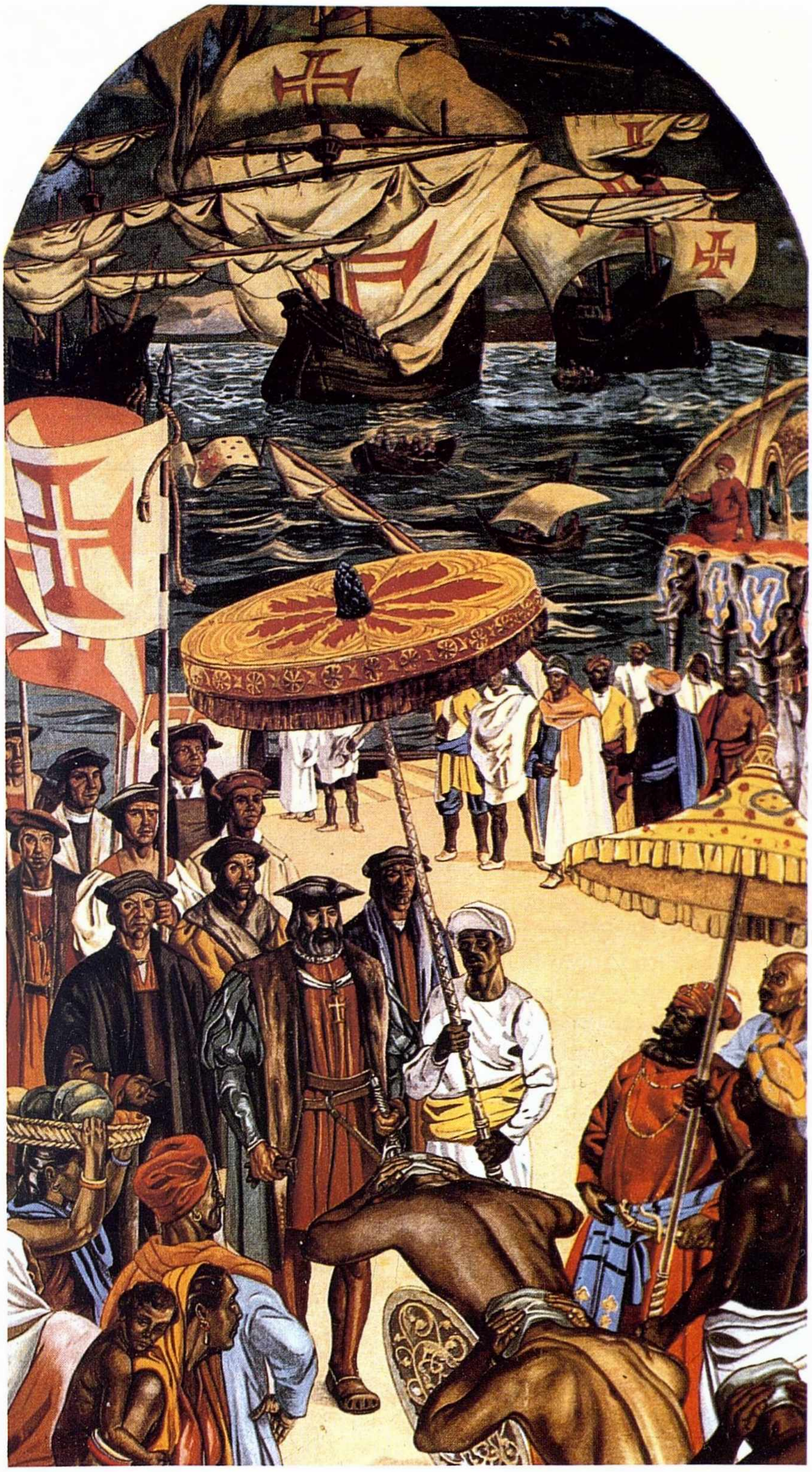
Larantuca tornou-se então a sede da cristandade e do poderio português naquelas ilhas, mas nenhuma fortaleza foi erguida para não se tornar alvo fácil dos holandeses. Só então ganhou forma o projecto de estabelecimento português em Timor, pelo qual os dominicanos vinham revelando crescente interesse.

O domínio português em Timor

Desde 1593, o capitão nomeado pela coroa para a fortaleza de Solor era designado por «capitão de Solor e Timor». Este facto não traduz uma significativa presença portuguesa nesta ilha, antes pretende inequivocamente exprimir a jurisdição que o capitão de Solor exerce sobre os portugueses que vêm ao comércio de sândalo a Timor. As tentativas para introduzir a cristandade na ilha tinham falhado: depois da primeira pregação em 1556 por fr. António Taveira, que não teve continuidade, em 1589 fr. Belchior da Luz fundou uma igreja em Mena e trouxe consigo para Malaca o filho herdeiro do rei local. Devolvido alguns anos depois à sua terra natal, o príncipe D. Lourenço — seu nome de baptismo — regressou às crenças ancestrais, comprovando que a influência portuguesa em Timor era, em fins do século XVI, quase nula. Provavelmente subsistiam alguns cristãos — pelo menos no nome — nesta ilha. Foi preciso esperar por 1633 para que fr. Cristóvão Rangel, estabelecendo-se no reino de Silavão, convertesse o rei, apesar da oposição da comunidade muçulmana local. Já então havia uma pequena cristandade na vizinha ilha de Roti ou Savu Pequeno. Em 1636, desiludido com o pouco progresso desta cristandade, fr. Rafael da Veiga transferiu-se para o reino de Amavi, em Timor, onde fundou uma igreja e uma escola, estendendo a sua acção ao reino vizinho de Amarasse, cujo rei viria a ser, até final do século, o grande esteio e aliado dos portugueses no Servião, a metade ocidental de Timor.

Verdadeiramente, o domínio português em Timor só principiou quando o missionário dominicano fr. António de S. Jacinto se radicou no reino de Mena, em 1641, ano em que os holandeses conquistaram Malaca, a capital da presença portuguesa no sueste asiático. Expulsos de Malaca, muitos portugueses espalharam-se pelo Arquipélago ou radicaram-se em Macau e em Larantuca. Desta forma, a queda de Malaca não é estranha ao impulso que recebeu a penetração portuguesa em Timor ao longo dos anos 640. No entanto, a região ficou muito mais entregue a si mesma, pois as ligações com Goa passaram a ser feitas através de Macau. Durante as décadas seguintes a influência dos padres de S. Domingos manteve-se preponderante pelo que nenhum capitão português nomeado em Goa pelo Vice-Rei pôde governar sem o assentimento daqueles religiosos. Os padres tinham criado fundas raízes nas ilhas que controlavam em colaboração com os mestiços — por vezes também em oposição a eles —, os chamados «portugueses naturais». Pelo contrário, os capitães nomeados pela coroa são aves de arribação, que só conseguem singrar explorando os conflitos locais. Com o tempo, estes capitães-generais ou capitães-mor nomeados pela coroa caem cada vez mais ne dependência dos dominicanos e do seu líder, o vigário-geral de Solor e Timor. O domínio português em Timor, se assim se lhe pode chamar, foi-se consolidando com o concurso dos chamados larantuqueiros, mestiços e conversos nativos da ilha das Flores ou Larantuca, que vieram a ganhar um importante peso político, e mesmo demográfico, na metade ocidental de Timor — a parte holandesa da ilha, hoje indonésia —, onde algumas elites locais continuam a manter nos nossos dias laços familiares com linhagens reais de Larantuca.

Logo após a queda de Malaca, em 1641, sentindo o poderio português quase extinto nos mares do Arquipélago, o rei de Teló, um vassalo do rei de Malaca, atacou Larantuca. Forçado a retirar-se pela reacção dos conversos e nativos, saqueou Timor donde levou consigo um rico espólio em que entravam cerca de 4000 cativos. Fr. António de S. Jacinto firmou então uma aliança defensiva com a rainha de Mena que previa protecção militar da mosqueteria portuguesa e assistência alimentar a partir de Larantuca, para fazer face à fome provocada pelas devastações do inimigo. Foi o poder das armas de fogo europeias que permitiu aos dominicanos capitalizarem em seu favor as incursões dos macaçares. Esta aliança política alastrou aos reinos de Lifau e Amunabão e, com ela, multiplicaram-se também as inevitáveis con-



versões, acompanhadas da cedência, mais ou menos fictícia, das riquezas do subsolo à coroa portuguesa que os reinos amigos reconheciam por soberana.

Os aliados das forças chefiadas pelos religiosos de S. Domingos situavam-se no Servião, a metade ocidental da ilha, e Belos, a metade oriental que reconhecia o primado de Behale, soberano que as fontes portuguesas designam por «imperador». O rei do Servião, cedendo aos apelos dos muçulmanos de Teló, procurou o entendimento com o Behale para expulsar os portugueses de Timor. Sabedor da conjura, fr. António de S. Jacinto impôs a capitulação e a paz, assim como o baptismo, ao «imperador» do Servião, enquanto o Behale era derrotado em 1642 mediante a conjunção de esforços dos dominicanos, chefiados pelo comissário-geral das ilhas de Solor, fr. Lucas da Cruz, e das milícias sob as ordens do capitão-mor de Larantuca, o velho Francisco Fernandes. Na sequência deste sucesso militar dos larantuqueiros, uma onda de conversões percorreu Timor.

Os Holandeses

Entretanto, vitoriosa em Malaca, a Companhia das Índias Orientais acalentava o desejo de estabelecer um domínio efectivo sobre Timor. Este facto levou à formação duma ameaçadora coligação Batávia-Teló-Servião. Conhecedor desta situação durante a sua passagem por Batávia, no regresso de uma estada em Goa, fr. António de S. Jacinto apercebeu-se de como era vital para os portugueses o domínio sobre o reino de Cupão, onde se situava a estratégica baía de Baubau, o melhor porto timorense. Decidiu pois em 1646 erguer ali uma fortaleza à sombra da aceitação da soberania da coroa portuguesa por parte do rei local. Assim se procurava barrar o acesso dos holandeses a Timor. Estes, que então haviam mais uma vez ocupado Solor, protestaram contra a construção da fortaleza de Cupão, que tinha caído numa situação insustentável por não ser dotada com meios de defesa pelo Vice-Rei da Índia. A falta de poderio militar português obrigava as autoridades de Cupão, tanto as portuguesas como o rei local, a contemporizar com os holandeses, vendendo-lhes sândalo. Embora dependendo administrativamente de Larantuca, a nomeação, sem regularidade, de um capitão-mor de Timor com assento em Cupão, desde 1646, fez deslocar o centro da presença portuguesa para esta ilha, até que os holandeses, conquistando Cupão em 1652, obrigaram à transferência da povoação portuguesa para a região de Lifau.

Cupão serviria, doravante, de sede às operações holandesas de incitamento das populações timorenses à revolta contra a presença portuguesa, agora sediada em Lifau, ancoradouro no reino de Ambeno, na região de Oé-Cusse. As acções holandesas passavam pelo desenvolvimento de uma política de captação das formações estatais que compunham o Servião. Foi assim, que logo em 1652, o rei de Amávi, tentou, sem êxito, entregar aos holandesas os cerca de 50 mosqueteiros de Larantuca estacionados no seu reino. Em seguida foi a vez do rei de Amanense tomar partido pelos holandeses. As represálias levadas a cabo por uma força militar de larantuqueiros quase terminava em desastre, evitado no último momento por Mateus da Costa, um mestiço de Larantuca. Nos anos seguintes os holandeses seriam três vezes derrotados pelos larantuqueiros. Destas campanhas no interior de Timor, emergiram dois-cabos-de-guerra naturais de Larantuca, os mestiços Mateus da Costa, já referido, e António de Hornay, filho de um desertor holandês e de uma escrava nativa. Em 1660, por duas vezes, uma poderosa armada holandesa fundeou frente a Larantuca, donde os portugueses de Timor recebiam todo o apoio, mas os holandeses, depois de hesitarem, renunciaram a empreender qualquer acção bélica. O domínio português em Timor havia-se firmado em menos de duas décadas graças ao papel desempenhado pelos mestiços e conversos larantuqueiros, que em breve se tornam os verdadeiros senhores da ilha.

Em 1667, uma sublevação contra Hornay apoiada pelos dominicanos colocou Mateus da Costa no poder em Larantuca e Timor. Instalado no poder, este partido enveredou abertamente pela via da usurpação dos poderes de capitão enviado de Goa, Fernão Martins da Ponte, que foi expulso. O Vice-Rei da Índia acabou por ter que dar cobertura legal aos usurpadores do partido dominicano-larantuqueiro, condenando os excessos daquele capitão-mor. Não tendo meios para se fazer obedecer, ao governo de Goa apenas restava sancionar quem detinha o poder efectivo em Timor. Mateus da Costa foi investido no cargo de capitão-mor de Timor e reconhecido o seu papel na sujeição dos régulos rebeldes do Servião e na preservação da soberania portuguesa face aos holandeses.

Com a morte de Mateus da Costa em 1673, António Hornay guindou-se ao poder. Goa decidiu intervir cautelosamente enviando um capitão-mor para Timor. A situação era delicada, pois Hornay era o sustentáculo da soberania portuguesa. Tentar o golpe-de-mão contra ele podia mergulhar a ilha na guerra entre partidos e reinos rivais, podendo servir de pretexto a uma intervenção holandesa. Por isso chegou-se à situação paradoxal e ímpar, na história colonial portuguesa, de o capitão-mor enviado de Goa, João Antunes Portugal, ir munido de duas patentes passadas pelo Vice-Rei. Uma para si próprio, se conseguisse desembarcar e tomar conta da ilha, outra para António Hornay se este recusasse entregar-lhe o poder. Embora o confronto não tivesse chegado a dar-se, por ter naufragado o navio do capitão-mor, Hornay pôde ditar a Goa as condições em que devia ser confirmado o seu poder. Nos anos de 680 uma nova tentativa frustrada foi feita para removê-lo do governo de Timor. Goa alimentou mesmo o projecto de invasão de Timor, mas acabou por resignar-se perante a falta dos meios necessários para reconquistar a sua colónia e mediante as elevadas somas doadas pelo usurpador aos cofres da fazenda real da Índia.

Estes factos concordam com a evolução do regime a que esteve sujeito o comércio externo de Timor. Em 1672 a coroa, que há muito perdera qualquer participação no tráfico de sândalo, resolveu recuperá-lo. De facto, além do sândalo que seguia para Macau, toda a demais madeira era vendida aos holandeses que assim não podiam justificar um golpe de mão sobre Lifau, na medida em que viam os seus interesses comerciais satisfeitos.

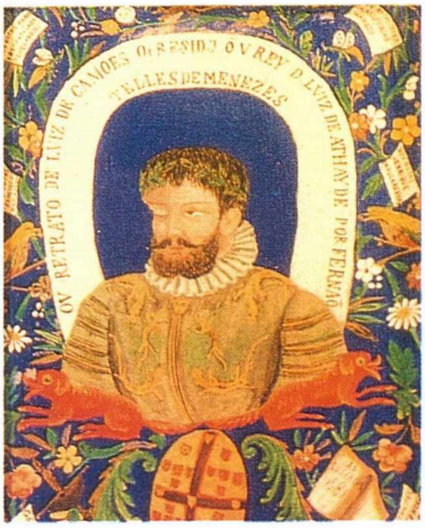
Por outro lado, os conflitos internos no seio da comunidade «portuguesa» reflectem-se no antagonismo mais profundo e endémico entre chefes timorenses, que de certo modo vêm mascarar. No final do século XVII, a luta entre as duas facções rivais que se revezam no poder — sucedendo Domingos da Costa, em 1693, apoiado pelos dominicanos, a António Hornay, que deteve o poder efectivo ao longo de duas décadas — conduz Timor a um sistema de usurpação do poder dos governadores nomeados por Goa, cargo criado em 1696, tendente a colocar a ilha fora da jurisdição de *Estado da Índia*. Os holandeses, por sua vez, após a morte de António Hornay, retomam o projecto de ocupação militar da ilha. Os seus esforços incidem sobre os reinos de Amavi — que se despovoou, pois confinando com Cupão, sustentava uma guerra contínua com os holandeses —, e de Amanas, o verdadeiro Estado-tampão e obstáculo que, com o apoio dos larantuqueiros de Lifau, impedia a expansão holandesa em Timor.

* Manuel Leão Marques Lobato, licenciado em História, mestrando de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa na Universidade Nova de Lisboa, bolseiro da Fundação Oriente.

Prepara Tese de Mestrado sobre História dos Portugueses em Moçambique (séculos XVII-XVIII).

O FASCÍNIO DO SÂNDALO

MARIA JÚLIA FERNANDES



OV RETRATO DE LVIZ DE CAMÕES OV RESIDO O VREY D LVIZ DE ATHAYDE POR FERNÃO TELLES DE MENEZES

Ali também
Timor
que o lenho
manda|Sândalo
salutífero
e cheiroso

CAMÕES
Lusíadas, Canto X

As árvores de sândalo eram sagradas para os timorenses. O corte da madeira obedecia a preceitos e, mesmo assim, se os espíritos não fossem propícios, um homem podia ficar doente ou até mesmo morrer.

No entanto, o sândalo representava riqueza, pois era com a madeira preciosa que compravam outros bens, geralmente aos comerciantes de Java e Malaca que se deslocavam à ilha com os seus juncos para carregar o produto. Isto foi até os portugueses descobrirem quão lucrativo poderia ser semelhante comércio.

Mal chegados a Malaca, os barcos lusos partiram à procura da ilha dos sândalos e trataram de estabelecer o predomínio. Mais tarde, e como a concorrência era muita, os padres dominicanos, os primeiros missionários de Timor, advogaram que seria mais fácil manter o domínio português no comércio do sândalo se os ilhéus fossem cristianizados.

É uma árvore alta, de tronco grosso quando adulta, pode levar cem anos até atingir a perfeita criação, mas não possui a majestade de uma araucária nem a beleza de uma magnólia. Ao sândalo porém, ninguém se lembraria de pedir sombra, flores e frutos.

No sândalo é o perfume exótico que atrai, é esse odor doce e sensual que os poetas cantam sempre em cenários de mil e uma noites.

No século XVI, foi o cheiro de sândalo que conduziu os portugueses a uma ilha chamada Timor onde depararam com uma tal abundância de árvores que resolveram estabelecer-se com feitoria para melhor tirar partido do tesouro.

Em Timor, o sândalo crescia de forma natural e os primeiros viajantes espantaram-se por semelhante riqueza se criar tão despreocupadamente, como se de «matos ordinários» se tratasse.

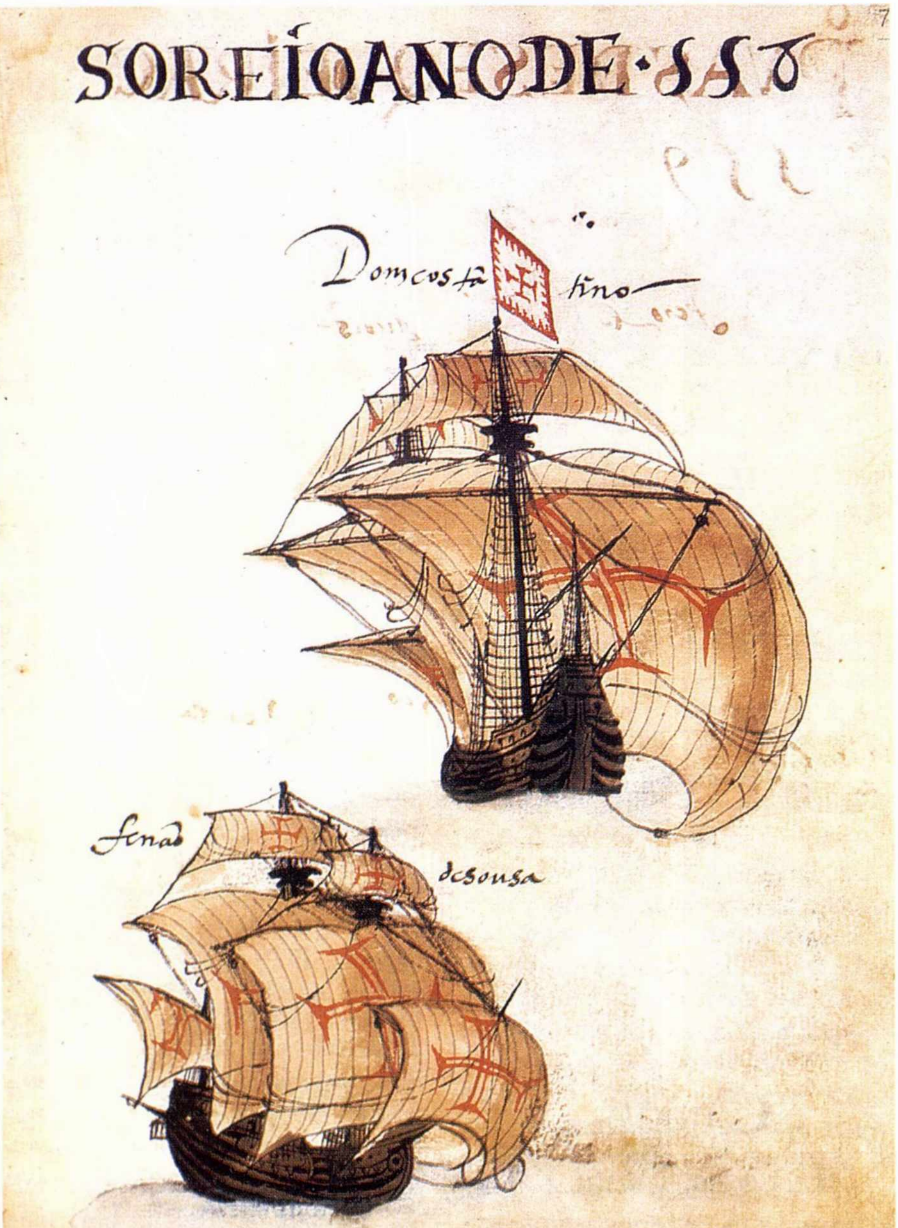
Garcia de Orta que dedicou à «essência preciosa» um dos seus Colóquios, afirmava que a árvore enchia «matas que não se acabam de gastar, assim de uma banda da ilha como da outra».

Para os povos da ilha, os paus de sândalo eram um bem que lhes servia para trocar por outras mercadorias de que careciam. Tinham ouro, tinham cobre, mas era com a madeira que contavam. A tal ponto era importante aquela árvore benfazeja que as rainhas de Meno e Lifau preferiram dar a el-rei de Portugal a exploração das minas de cobre e ouro, como paga da protecção oferecida pelo monarca, do que prescindir das suas florestas de sândalo que era de onde lhes vinha o sustento.

Os navegadores portugueses souberam da existência do sândalo de Timor quando procuravam caminho para as ilhas das especiarias. O cronista Rui de Brito ao escrever ao rei D. Manuel, em 1514, relata a partida de Malaca dos navios destinados a Java, Sunda, Bengala, Paleacate e Timor, «que he hua ylha alem de Java» onde há «muytos sandallos, muyto mell, muyta cera».

Chandanacon, sercandaa, para os canarins, guzarates e indianos, ou sândalo como lhe chamavam os persas e os árabes. Era um produto muito popular como medicamento, perfume e ainda para a feitura de objectos de adorno. Na Índia procuravam-no «mouros, judeus e pagãos que o trituram, reduzem a pó muito fino, e, depois misturam com água, fazendo uma espécie de pasta para untarem o corpo, porque refresca e espalha pelo ar um excelente aroma que os índios gostam de sentir».

Seduzidas pela propaganda e empurradas pela curiosidade, as caravelas rumaram a Timor à procura de tão miraculosa droga que, só por si garantia todo um comércio na região. Tomaram conta do negócio e passaram a incluir sândalo nas mercadorias vendidas a uma Europa deslumbrada com a súbita abundância de produtos, até então, apenas sonhados. Não que o sândalo fosse desconhecido por cá. Pela via levantina a preciosa carga chegava às boticas daqueles que a pudessem pagar. Só que, a partir das viagens portuguesas, passou a ser mais fácil obtê-la. Daí que um famoso farmacêutico italiano, António Musa, dissesse agradecido: «o sândalo aos portugueses o devemos».



Mas o sândalo não se reduzia ao uso medicinal, nem à preparação de perfumes contra os maus odores. No Oriente, os viajantes lusitanos encontraram pagodes feitos da madeira rara.

Os relatos sobre a droga chegados à actualidade são empolgados. Taxam-na de coisa preciosa, chamam-lhe boa «fazenda», que até da «água salgada recebe melhoria», como afirmava Frei Lucas de Santa Catarina.

Com tantos e tão rasgados elogios e promessas de lucro à vista, Timor, onde crescia o melhor dos sândalos, tornou-se um lugar de peregrinação.

Após os primeiros contactos, os portugueses começaram a interessar-se pelo estudo da planta. Observaram-na, seguiram-lhe o crescimento e deixaram uma vasta informação científica.

Garcia de Orta descreve-a como «uma árvore do tamanho de uma nogueira, e a folha como a da aroeira; deita frol azul escura e dá uma fruta verde do tamanho de uma cereja, e cai azinha, e he primeiro verde, e depois preta e sem sabor».

Frei Luís de Sousa deslumbra-se com o «notável segredo da sementeira do sândalo. Comem os pássaros desta ilha uma fruta que há nela, pouco menos que a baga do louro e do mesmo feitio. Tem este um caroço dentro, que lançam os pássaros por escremento e, sem mais cultura que cair na terra, rebenta dele a árvore».

O entusiasmo era tal que Tomé Pires, ao falar de Timor reduziu a ilha a grandes florestas de sândalo: «dizem os malaios mercadores que Deus criou Timor de sandallos, Banda de maças e as de Moluco de cravo e que no mundo não é sabido outra parte em que estas mercadorias haja somente nestas. E inquiri diligentemente se estas mercadorias havia em outra parte e todos dizem que não».

Malaca, segundo Pedro Barreto de Resende. Foi em Malaca que os Portugueses se interessaram pelo sândalo

Mas o odor do sândalo não seduzia apenas os mercadores lusos. Por tão apetecida, a madeira fez concentrar em Timor as ambições holandesas e inglesas: naus de todas as cores rumavam à ilha com o objectivo de carregar sândalo. Perante o assédio de um bom dinheiro, esqueciam-se fidelidades e não raro era ver alguns portugueses traficarem com o inimigo.

Instalou-se, por isso, a anarquia num comércio que se mostrava tão aliciante para toda a gente.

A ambição a todos contemplava. Queixavam-se alguns cristãos que os clérigos enviados para Timor com obrigação de salvar os gentios, perdiam as suas próprias almas no perfume do sândalo que se desprendia das florestas. Esquecendo a sotaina e o crucifixo, tornavam-se ardentes negociantes de sândalo. Sem falar em funcionários reais pouco escrupulosos, ou com salários em atraso, que juntavam pecúlio a traficar especiaria por conta própria.

Mas a exploração indiscriminada da madeira e o desbaste intensivo das florestas fez chegar ao fim o tempo do sândalo. Ao contrário do que pensava Garcia de Orta, a fartura de sândalos em Timor não durou para sempre, e as infidáveis matas deram mostras de exaustão.

A quebra da matéria-prima causou o pânico em Macau onde o fim do trato de Timor ameaçou de morte a economia local. A partir do século XIX a decadência já era irreversível. No princípio deste século, a produção do sândalo decresceu ao ponto de, para evitar a extinção, ter sido ordenada a proibição de exportar «sândalo pau e raiz em todo o território da província».

Quando poeta Ruy Cinatti, que foi responsável pela Estação Agrícola da colónia, se interessou pelo problema, constatou que, por volta de 1950, a cultura do sândalo estava circunscrita a uma pequena região, onde mal sobrevivia, sem honra nem merecimento.

História triste esta a do sândalo branco (*ai-camelin*, em Língua Tetum) timorense.

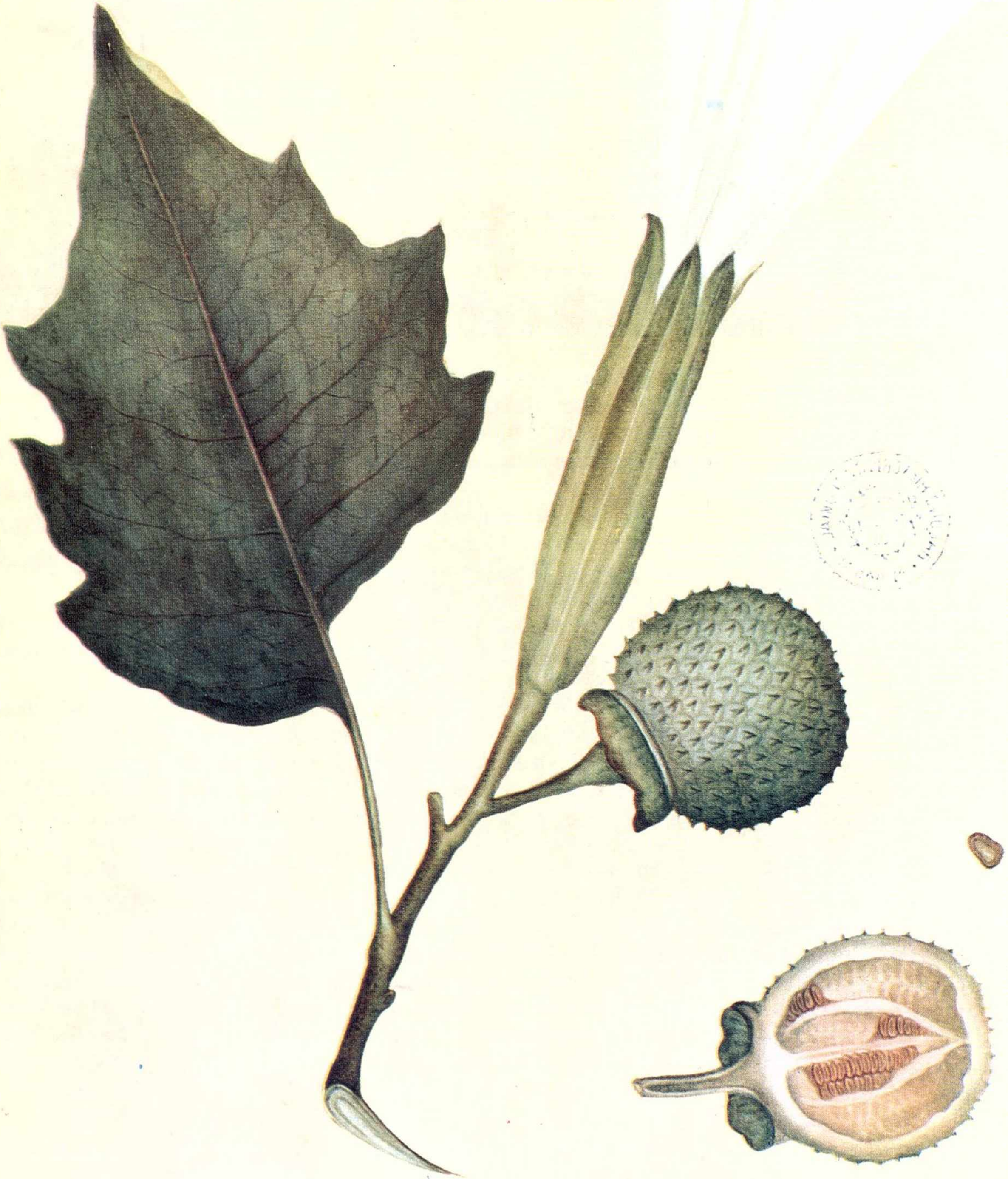
A árvore foi rainha, causa de riquezas, lutas e alianças. Alimentou um florescente comércio e uma onda de corrupções, . mas definhou lentamente até se transformar numa quase curiosidade botânica.

O sândalo, porém, nunca deixou de seduzir. Manteve a dignidade de perfume exótico e requintado, de madeira preciosa a que apenas têm acesso os deuses ou os homens em vias de ascenderem a imortalidade.

Na Índia, a imagem do funeral de Ragiv Gandhi (e de outros notáveis) ficou para sempre associada a uma enorme fogueira de onde se evolava um fumo branco e espesso, que se extinguiu, apenas, ao consumir-se o último pedaço terreno do filho de Indira. A pira era composta de sândalo.

Aquele lenho «salutífero e cheiroso» de que falou Camões no Canto X dos Lusíadas e que os portugueses trouxeram, um dia, de uma ilha do Levante: Timor.

PLANTAS



DE VIRTUDES VÁRIAS

Há árvores de que se aproveita tudo: a raiz, a casca, as folhas e os frutos. Mas, em certas regiões do mundo, a natureza foi uma mãe de tal forma pródiga que um verdadeiro amante da Botânica quase se perde na admiração das virtudes que cada árvore ou arbusto podem ter na cura das maleitas. Assim aconteceu com Frei Alberto quando desembarcou em Timor, há mais de dois séculos. O frade, que depois chegou a ter funções importantes na terra, ficou entusiasmado com a riqueza vegetal que foi encontrar. Tomou notas, estudou as utilizações de cada erva e de cada árvore e deixou obra: *As Virtudes de Algumas Plantas, Folhas, Frutas, Cascas e Raízes de Diferentes Árvores e Arbustos da Ilha de Timor.*

A chegada do europeus ao Oriente foi não somente a descoberta de outras culturas, mas, também, o encontro com uma natureza diversa. Imbuídos de uma curiosidade recém-saída do Renascimento, os primeiros navegadores anotavam os exotismos de uma nova flora que lhes era dado contemplar.

Às primeiras observações, seguiram-se as investigações mais metódicas sobre a utilidade das plantas e o uso que as populações lhes davam.

Em Timor, a riqueza vegetal da ilha suscitou desde logo numerosas expedições botânicas que tiveram o seu auge no século XVIII e se estenderam aos séculos seguintes. Estudiosos de todas as nações percorreram a ilha durante quase duzentos anos à procura de espécies raras que depois vieram enriquecer os seus herbários.

Mas, entre todos os amantes da Botânica de Timor, um houve que deixou uma obra que merece ser conhecida. A obra que inclui os desenhos e pinturas de várias espécies relata as *As Virtudes de Algumas Plantas, Folhas, Frutas, Cascas e Raízes de Diferentes Árvores e Arbustos da Ilha de Timor.* Foi escrita no século XVIII por Frei Alberto de S. Tomás, da Ordem dos Pregadores.

O manuscrito de Frei Alberto, que se manteve inédito até muito tarde, descreve a utilização das plantas nos seus aspectos curativos.

O *chumbum* (*tabaco do matto*), por exemplo, é um arbusto grande, cuja decocção das folhas tem uma acção «admirável» em problemas urinários e cura indigestões se as mesmas folhas forem esfregadas no estômago.

Para as dores de cabeça ou inflamações dos olhos, ou mesmo para o flato, a *Lília* (ou *João Preto*) tinha propriedades miraculosas, dependendo a sua acção da parte utilizada: a casca, a folha ou a raiz. Possuía, ainda, este arbusto um grande poder de contra-veneno. A *Túris,* uma árvore grande, destila uma goma vermelha muito adstringente que é boa nas desinterias. Já o *Jalaloto* (ou *árvore triste*), um arbusto pequeno, é muito útil para quem padece de pedra. Neste mal deve usar-se o cozimento da planta «pondo-se o doente de cócoras para receber o vapor e continuando repetidas vezes faz sair a pedra desfeita».

Um outro pequeno arbusto, chamado *Tallis* cura as constipações. Neste caso é a raiz que encerra a virtude da planta. Deve ser moída e bebida com água. Semelhante à *Tallis* é a *Manel,* uma árvore grande de casca preta.

A *Dilla (marmeleiro)* é uma árvore pequena, «útil nas dezenterias uzando della em emulaçõens e com moderação. A fruta he doce e tem bom cheiro».

Boa também para as dores é a *Acoma* cujas «folhas pizadas com farinha grossa de arroz e posta sobre a parte dolorosa da enxaqueca a cura».

Quanto à *Cinto-Ama,* uma árvore de grande porte, a sua casca moída e «bebida em lavage de arroz faz sair a criança morta no ventre da mãi».

CANTAR FAZ PARTE DA VIDA

SIMÃO BARRETO *

São frases e sons muito antigos que passaram de geração em geração, guardados como um tesouro. Onde tudo começou, ninguém sabe, e, mesmo que se recue muitos séculos, é impossível descobrir porque é que os antepassados cantavam assim ou tiravam aquele som dos *babodoks*.

Mas tudo tem um sentido. O cantar de quem pisa o arroz é diferente do cantar de quem corta madeira, do mesmo modo que ninguém se enganaria ao ponto de tocar música de funeral num casamento.

Para os povos timorenses (e também outros povos) cada acto do seu quotidiano é vivido com música. Uma música muito antiga que remonta ao tempo do avô crocodilo, porque «katuas sira mak hateten» («são os velhos que o dizem»).

É difícil reconstituir a História dos Povos de Timor. Esta situação deve-se, em grande parte, tanto à inexistência de documentos escritos como de monumentos do passado e a circunstacionalismos históricos que os mesmos atravessaram: várias colonizações, inúmeras guerras inter-reinos que se saldavam na razia e destruição dos haveres e bens dos vencidos.

Daí a ausência de grandes cidades ou monumentos capazes de testemunharem, hoje, os tempos mais remotos.

Em todo o caso, a tradição, literatura, língua, e, toda a cultura em geral, chegou até nós pela tradição oral transmitida de geração em geração, através do *Lia-Na'in* (palavra + dono), o guardião da palavra, isto é, da tradição e história cosmogónica e genealógica de cada um dos seus povos.

Além de muitos outros elementos culturais que chegaram até nós, a música e a dança, são efectivamente alguns dos principais elementos-chave dos vários aspectos da sua actvidade e vivência social.

A criança timorense é iniciada na música e na dança desde o momento em que começa a participar na vida social da sua comunidade; praticamente, desde o colo da mãe que lhe canta canções de embalar.

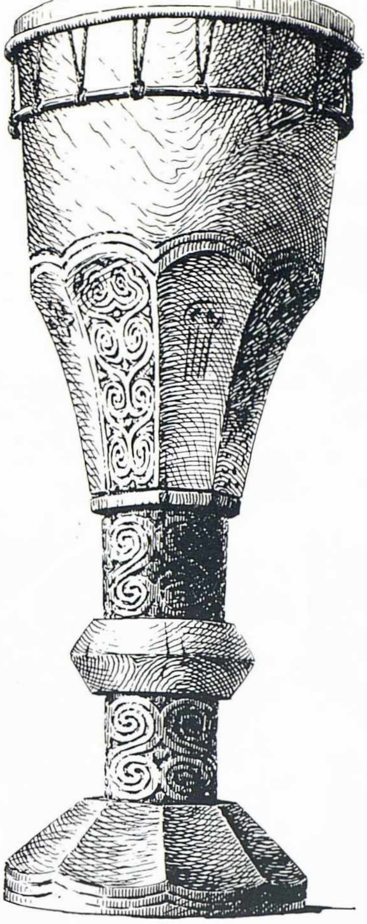
A música timorense é essencialmente vocal, ou melhor, coral-coreográfica, pois, em grande parte, toda a manifestação musical está sempre ligada à dança. Dança-se cantando em coro alternado de homens e mulheres.

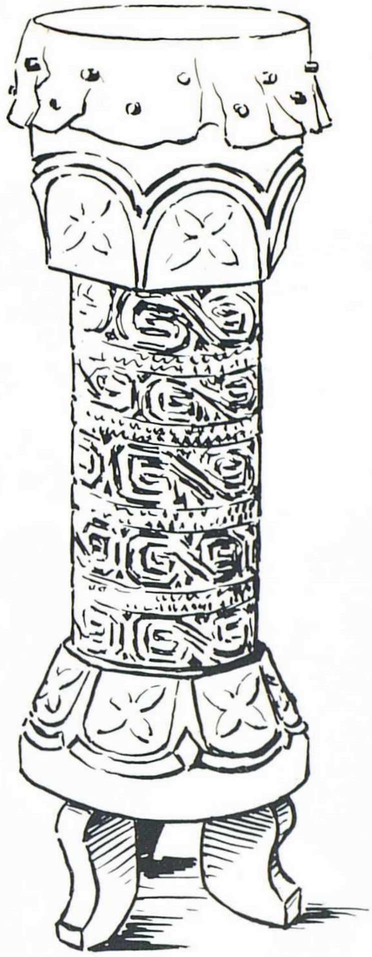
A esta forma musical dá-se o nome de TEBE que em Tetun significa *dar pontapé*.

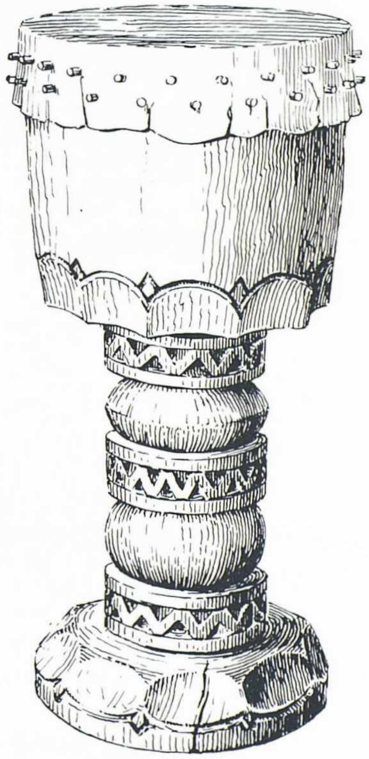
Cantar diz-se, em Tetun, *Hananu*. Cantar dançando diz-se TEBE (isto é, dar pontapé cantando). Em todo o caso, TEBE tem um sentido bastante lato: tanto pode significar canção como dança-canção.

Não abordo aqui a música instrumental de Timor-Leste que, geralmente não é acompanhada de canto. Trata-se de uma outra componente da música timorense cheia de ritmo e harmonia como é o caso do TEBEDAI (dança e orquestra de gongos e *babodoks*) cuja abordagem será feita numa outra oportunidade simultaneamente com a música dos instrumentos de sopro e de cordas.

Assim, podemos afirmar sem receios que todas as construções da música vocal timorense se baseiam na forma TEBE: cantar em coro misto alternado, como regra, e acompanhado de dança, quase sempre.







A música e a dança ocupam um espaço e um lugar imprescindíveis e preponderantes nos múltiplos aspectos das actividades sociais da Aldeia ou do Reino, desde as celebrações festivas de carácter puramente lúdico, até às cerimónias rituais, nupciais e fúnebres, ou de carácter laboral como o *Sama hare* (pisar néli), *Dada ai* (puxar tronco, transportar madeira).

Consoante a finalidade a que se destinam, os TEBE classificam-se em sagrados (*lulik*) ou profanos. Os primeiros são os TEBE que costumam ser executados durante as cerimónias rituais. Por isso, têm um carácter mais austero, sério e majestoso com textos imutáveis herdados desde as gerações antepassadas. Os segundos são de carácter mais festivo, alegre, jocoso até, em alguns casos, com textos geralmente improvisados na altura, sobre algum acontecimento chistoso recente. São executados durante os Dahur, espécie de arraial e romaria na ocasião duma recepção ao Liurai (Rei), dum casamento ou de uma inauguração, entre outros.

Pertencem também aos TEBE profanos as canções de trabalho, como *Sama Hare* (pisar néli, debulha do arroz), *Kuda hare* (plantar arroz), *Dada ai, Hulan ai* (transportar madeira), *Tuku batar* (moer o milho, fazer farinha de milho) *Fai batar* (pilar o milho), *Silu batar* (apanhar o milho), *To leu* (pesca de ovas de uma espécie de marisco, Zona Leste).

De todos estes TEBE, ocupa um lugar de destaque o *Sama Hare,* devido à sua importância na vida social e laboral do maubere. O *Sama hare* não é só uma canção de trabalho, é, também, pretexto de convívio e solidariedade. Solidariedade dos vizinhos e amigos que se juntam para a ceifa da várzea, convívio e trabalho de todos os participantes na labuta ao longo de dias e noites até acabar a tarefa.

Pertencem aos TEBE sagrados o ciclo das canções fúnebres: *Tanis mate* (chorar o defunto); *Hader mate* (velar o defunto); *Lori mate* (acompanhar o defunto); *Hakoi mate* (enterrar o defunto), *Kore metan* (tirar o luto).

Além destes TEBE há ainda a destacar as canções de berço e de saudade que, pelas suas características, fogem à estrutura formal do TEBE clássico, facto mais saliente nas canções de saudade.

Toda a música timorense está baseada e construída no sistema

ROSALINA

Tema: Manbae com versos em Tetun
Região: Ermera

Refrão: Oh! hele le
oh! hele le
oh! hele le
hele Rosalina, eh!

1. Tau batar ba rai Batar mai fali Tau ema ba rai Ema lae mai	1. Se semeares milho Ele nascerá de novo Se enterrares o homem Ele não voltará a nascer.
2. Inan aman Atabae Oan Kailaku Hakur mota Bebai Tanis to'o Lois	2. Os pais são de Atabae Os filhos de Kailaku Atravessaram a ribeira Bebai Choraram até Lois

KOLE LELE MAI

Tema: Makasae
Região: Baucau

Kole lele mai
Rade kokodele le
Kole le mai

1. Loi sai lesa sai Loi lesa sai, kolele mai Loi sai lesa mata Guta maderene, Kolele mai	1. Órfão é sempre órfão (é um desgraçado)
2. Bini lesa loi loi Bini lesa loi, Kolele mai Uarene naga nisi Bini lesa loi, Kolele mai	2. Está sempre só mesmo que...
3. Lesa tia fana fana Lesa suma nana, Kolele mai Lesa suma nanagau Lesa tia fana, Kolele mai	3. Se se chama pelo órfão é para o insultar
4. Dara sula da di Dara tame da, Kolele mai Lesa dó dara sula Hei tau la a, Kolele mai	4. É um vagabundo que não encontra poiso porque não tem onde o encontrar.

pentatónico, por isso é essencialmente modal. Se construirmos a escala septónica, a escala diatónica actual (dó, ré, mi, fá, sol, lá, si) uma série de escalas pelo sistema pentatónico obteríamos vinte escalas e modos diferentes.

Evitamos usar os termos clássicos *modo maior* e *modo menor* e diria *modo autêntico* e *modo plagal* que se encontra a uma 3.ª inferior ao anterior. Teríamos assim, teoricamente, 20 modos autênticos e 20 plagais, todos eles completamente diferentes uns dos outros. Há canções que até usam dois modos diferentes e há grupos que têm preferência pelo uso dos modos plagais, como é o caso dos Kemak.

A estrutura harmónica baseia-se na estrutura melódica e modal em que a própria canção está construída. Assim, surgem, não poucas vezes, construções harmónicas e polifónicas interessantes e pouco comuns à música ocidental de difusão universal, com aparecimento de choques de 2/as/, 7/as e 9/as, com tal naturalidade que acaba por seduzir o ouvinte.

Os chineses e os japoneses são os povos que mais utilizam o sistema musical pentatónico. Os primeiros só cultivam os modos autênticos e os segundos usam de preferência os modos plagais, embora utilizem, também, os autênticos.

É curioso notar que as músicas construídas nos modos plagais são mais dramáticas, mais pungentes, mais humanas; as que são construídas nos modos autênticos são mais místicas, mais etéreas, mais despidas de sentimentos e paixões.

Ouça-se a música chinesa e a japonesa e note-se a diferença.

No entanto, na música de Timor coexistem as duas vertentes de concepção estética: o sentir poético puramente místico e intelectual, diríamos mesmo filosófico, e o fervilhar pungente das paixões humanas em toda a sua dimensão.

* Maestro e compositor Maubere

AS VIAGENS DO KDADALAK

O sentido musical dos timorenses acompanha-os em todas as situações da vida e, mesmo na diáspora, a sua música, as suas danças e os seus cantares continuam sempre presentes.

Tempo de recordar ou tempo de viver? Talvez uma coisa e outra. Mas também, seguramente, uma imensa vontade de afirmação de uma vivência cultural própria que cimenta uma identidade onde mergulham as raízes de um passado em que todos se revêem.

É assim que assistimos a uma verdadeira profusão de grupos de danças e cantares nos núcleos residenciais, onde a concentração de famílias timorenses é mais significativa, podendo mesmo afirmar-se que, em cada zona residencial de timorenses, há pelo menos um grupo que canta e dança.

Mas a este grande número nem sempre corresponde, infelizmente, a mesma exigência de qualidade. E alguns há que se limitam à repetição exaustiva e amorfa de modelos estereotipados, com recurso a gravações sonoras de qualidade duvidosa. De facto, não só não enriquecem o seu próprio conhecimento como prestam um mau serviço, ao divulgar formas tão empobrecidas de uma cultura com uma musicalidade e uma riqueza e harmonia gestual verdadeiramente notáveis.

Kdadalak — a palavra Tetun para regato — é o nome de um grupo de danças e cantares timorenses criado em Portugal, há já vários anos. É formado por 28 elementos, na sua maioria jovens entre os 15 e os 30 anos. Possui uma coordenadora e um responsável artístico, que orienta os ensaios semanais e dirige as actuações. Na parte instrumental, e para além da utilização das violas, procura recuperar e inserir instrumentos tradicionais como os «Babadok», os «Babas» e os «Gongs», entre outros. A recolha das músicas e danças tradicionais é feita junto dos mais velhos, que são convidados, de forma sistemática, a integrar e assessorar o grupo, constituindo assim uma fonte permanente de inspiração e aperfeiçoamento.

Têm um repertório amplo de que constam músicas e danças tradicionais, a par de outras que se inspiram no presente sofrido do Povo Maubere e numa enorme confiança no futuro.

Os «Tebe» que, como refere o maestro Simão Barreto, representam a expressão mais genuína da música popular de Timor estão bem representados no reportório deste grupo, e sempre presentes nas suas actuações. O «Sama hare» (separar o arroz da espiga) e o «Lese luan» são, sem dúvida, os mais conseguidos.

Danças como o «Suru boek» (apanha do camarão), que recria a recolha dos pequenos camarões, tão abundantes nas ribeiras de Timor, e o «Makikit» (dança do milhafre), que se inspira nos movimentos da ave de rapina no ataque às galinhas — as suas presas preferidas —, mostram bem o carácter rural das populações e a perfeita harmonia estabelecida entre o Homem e a Natureza.

De carácter mais melancólico são algumas das canções como o «Kolele mai», que traduz o lamento de um povo pobre que começa a interrogar-se sobre o porquê da sua pobreza. E decididamente inspirado na história recente do Povo Timorense é o hino do grupo — Kdadalak —, com música de Abílio Araújo e poema de Borja da Costa, que numa lindíssima linguagem metafórica, faz o apelo à unidade de todo o Povo.

O «Kdadalak» que, em Portugal, actuou já em numerosíssimas escolas, Câmaras Municipais, Clubes Recreativos e outras festas, regista como um dos pontos altos do seu percurso, a participação, em Espanha, no espectáculo da «Fala», organizado pela Televisão da Galiza em que participaram grandes nomes como Amália Rodrigues e Chico Buarque. São também de assinalar a sua digressão por terras de França, na região de Toulouse, e a participação na Televisão Portuguesa, num programa de Joaquim Letria.

Nos últimos dois anos, e conscientes da necessidade de alargar horizontes e melhorar a qualidade do trabalho produzido, o grupo abraçou uma nova linguagem cultural — a do teatro —, e estruturou o «Kdadalak-teatro», que levou à cena a peça Beileira. Esta peça, que tem encenação de Carlos Melo, é a dramatização de algumas lendas timorenses, e propõe um interessante percurso pelo imaginário timorense, num cenário em que o misticismo, o drama e o heroísmo se combinam.

Um trabalho empenhado e persistente tem permitido a este grupo criar uma imagem de qualidade, e afirmar-se como intérprete sério da música timorense.

(G. A.)

KEVIN SHERLOCK

O AUSTRALIANO TRANQUILO

Timor nunca esteve muito na moda, mesmo nos estudos eruditos de quem se habituou a pesquisar nas bibliotecas ou nas velhas colecções de documentos.

Mesmo quando se procura nas Universidades, raros são os estudantes ou professores que se dedicaram ao tema, quer se trate do ponto de vista histórico, antropológico ou linguístico. Porquê? Não por que a «mais distante das colónias portuguesas» não tivesse suscitado a curiosidade deste outro lado do mundo. Mas, quando interrogadas algumas pessoas referem sempre a inexistência (ou o desconhecimento) de documentação e informação sobre o assunto, mal que já existia antes e que, agora, a ocupação indonésia apenas veio dilatar.

No entanto, além das fontes que ainda devem estar dispersas (e ocultas), muita coisa se tem escrito sobre, a propósito ou em Timor. E, ao contrário do que se poderia supor não é nenhum instituto, universidade ou biblioteca portuguesa que possui esse inventário, mas um homem nascido na Austrália, que exerce a profissão de contabilista e que há uns anos a esta parte tomou em ombros a tarefa de escrever uma bibliografia sobre a ilha de Timor. Chama-se Kevin Sherlock e possui uma biblioteca privilegiada sobre Timor. Mas não se limitou a isso. Desenvolve uma actividade frenética em outras bibliotecas, em vários pontos do mundo. E não há folha, boletim ou livro de que ele não cuide de recolher a referência para acrescentar à sua grande bibliografia sobre Timor.

Quando o povo de Timor obtiver, finalmente, a sua liberdade, o trabalho de Kevin Sherlock, «o australiano tranquilo» terá sem dúvida cumprido o seu importante papel. Durante as horas negras da ocupação, em que a cultura timorense tem estado sob ameaça real da extinção, este bibliógrafo autodidacta que vive em Darwin tem dedicado todo o seu tempo livre e fundos pessoais a um trabalho extraordinário de recolha e classificação de todos os trabalhos sobre Timor, de modo a fornecer instrumentos de pesquisa a universitários e outros investigadores que se debruçam sobre este tema. Ao fazer isso, Kevin assegurou a preservação da herança cultural existente de modo a que ela chegue incólume às gerações futuras.

Kevin Sherlock não está limitado por interesses políticos e, de facto, a sua bibliografia incide nos dois lados da ilha de Timor que foi artificialmente dividida por um tratado colonial entre a Holanda e Portugal, no princípio deste século (paesar de a fronteira coincidir também com a divisão de parentesco tradicional entre os povos Tetun e Atoni).

A proximidade física entre Darwin e Timor, e as suas afinidades tropicais contribuiu para o fascínio que Kevin sentiu pela riqueza cultural da ilha.

Kevin visitou Timor como turista antes de 1975, e foi tocado pela determinação de tornar acessível aos outros o mundo dos seus vizinhos timorenses.

A primeira versão publicada da bibliografia apareceu em 1980 com o título *A Bibliography of Timor including East (formely Portuguese) Timor, West (formely Dutch) Timor and the Island of Roti*, editada pela Universidade Nacional Australiana de Camberra e menciona obras em Português, Holandês, Inglês, Francês e Bahasa (indonésio).

Desde então, Kevin tem trabalhado continuadamente na actualização e no aumento da bibliografia, pesquisando nos arquivos de Macau, Lisboa e Austrália, ocasionalmente apoiado por subsídios universitários que juntou às suas próprias economias.

O importante contributo de Kevin Sherlock foi reconhecido por todos quantos participaram num simpósio sobre Timor-Leste realizado no Museu de Etnologia no ano passado e que reuniu em Lisboa especialistas em todos os campos de pesquisa, mas a que, infelizmente, o próprio Kevin não pôde assistir.

A tarefa a que Kevin Sherlock dedicou a vida é um acto de estudo libertador do povo cuja cultura elegeu como seu objecto de trabalho e que viveu e sofreu o isolamento durante grande parte deste século, primeiro durante o período de Salazar e depois durante a ocupação indonésia.

GULBENKIAN

APOIA TIMORENSES

BOLSAS DE ESTUDO UM APROVEITAMENTO EXEMPLAR

MARIA JÚLIA FERNANDES

Muito em segredo e à boca pequena há quem chame à Fundação Calouste Gulbenkian a «Nossa Senhora da Cultura Nacional». Isto porque, num país tão pouco vocacionado para dar à luz verdadeiros mecenas, é sempre à Gulbenkian que se dirige, em desespero de causa, o artista incompreendido, o especialista com projectos mas sem meios, ou o estudante cansado da burocracia do Estado.

Há uns anos a esta parte, a Fundação acrescentou mais uma actividade às muitas outras que já possuía. Assim, a par dos projectos na área da cultura, da saúde e da investigação, da recuperação do património português por esse mundo fora, abriu um espaço importante na cooperação com as antigas colónias.

Neste momento, a Gulbenkian está a pôr em prática um programa que visa a erradicação do paludismo em S. Tomé. Este projecto tem o patrocínio do Banco Mundial que se responsabilizou por um financiamento da ordem dos sete milhões de dólares. Trata-se de uma das grandes apostas da Fundação e mais do que um projecto de saúde é uma obra da engenharia sanitária que vai implicar secagem de pântanos, ensaios de novas culturas, tudo devidamente acompanhado por medidas de carácter clínico.

O paludismo é responsável por cerca de 50 % dos óbitos em S. Tomé, se o projecto for bem sucedido ficarão à vista os benefícios que acarretará à população daquele novo país africano. Mas há mais ideias e outros tantos projectos a implementar nas antigas colónias. Está em curso, em Cabo Verde, a criação de uma Escola Superior de Administração Pública, e estuda-se a possibilidade de criação do Ensino Superior, também, naquele país.

Actualmente, a Fundação tenta obter o apoio da Comunidade Europeia para financiamentos de outros projectos que devido ao seu peso a Gulbenkian teria dificuldades em concretizar sozinha. Um exemplo: a escola para pós-graduados médicos e administradores hospitalares, no Maputo.

No campo da formação de recursos humanos as coisas não estão paradas. A Fundação Gulbenkian continua a apostar nas bolsas de estudos e na preparação dos professores que depois desenvolverão a sua actividade nos respectivos países.

Está para breve a saída de vários manuais, tanto para alunos como para professores, a distribuir nos novos países africanos de Língua Portuguesa.

Os resultados de toda esta actividade «são gratificantes», na opinião de Vitor Sá Machado, administrador da Fundação e que tem a seu cargo a área da cooperação.

De tudo isto quem sai beneficiada é a Língua Portuguesa. Longe vão os tempos em que o colonialismo tentava impor o Português como língua primeira, entre povos que nasciam a falar de uma outra maneira.

Os resultados foram os que se viram.

Agora, o Português deixou de ser instrumento de violentação para se transformar num «lugar de encontro em que os consensos são possíveis». Aí, a Fundação sente-se à vontade nesta sua missão. Vítor Sá Machado falou, também, de Timor Leste e da forma que a Fundação Gulbenkian encontrou para «cooperar» com os timorenses.

V. S. M. — Em relação aos timorenses, a Fundação fez algo, embora pudesse porventura fazer mais. Mas fez algo muito importante. Iniciou-se numa altura em que o problema timorense não tinha a cercá-lo o dramatismo que tem hoje. Era um bocado esquecido. Então a Fundação Gulbenkian resolveu apoiar um projecto, financiar um esquema, que visava resolver um dos grandes problemas que a comunidade tinha em Portugal.

Desde 1974, praticamente não havia estudantes timorenses nas nossas universidades. E porquê? Porque os timorenses, ao contrário do que aconteceu com os naturais das outras colónias, foram sempre considerados portugueses, e, como tal, eram também considerados portugueses no acesso à universidade.

Tratados como portugueses significava receberem tratamento discriminatório. Eram discriminados relativamente aos naturais de outras antigas colónias, que possuíam tratamento de favor, e assim, tinham de competir com os portugueses.

E o tratamento favorecido no caso dos timorenses justificava-se porque, tal como os de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde vinham de um país distante. Eram pessoas que não tinham aqui apoio, circunstância que é própria dos portugueses, pois este é o seu *habitat* natural e têm acesso ao apoio familiar. Os timorenses não tinham, até porque chegaram nas condições dramáticas que conhecemos.

Em 1986 a Fundação Gulbenkian foi alertada para o problema timorense pela Fundação Borja da Costa. Então, imediatamente, a Gulbenkian, que estava à espera de um pretexto para ajudar os timorenses — isto porque se colocava a questão de os timorenses, bem ou mal, serem considerados portugueses em Portugal e, portanto, terem de concorrer às bolsas de estudo a par dos seus colegas portugueses — resolveu que o problema fosse tratado de maneira autónoma.

O apelo da Fundação Borja da Costa foi útil porque me tornou possível colocar o problema ao meu Conselho de Administração e defender o ponto de vista da especial situação dos timorenses como comunidade que deslocada do seu território vem para um país que, embora sendo o da sua nacionalidade teórico formal, é um país longínquo...

O problema foi tratado de maneira singular, como são tratados os outros das antigas colónias. Isso teve como consequência imediata que a concessão de subsídios de estudo pudesse ser tratada pelo Serviço de Cooperação, o que é manifestamente excepcional porque, infelizmente, Timor Leste não é ainda um novo Estado.

Desde essa altura, temos vindo a conceder bolsas de estudo para os ensinos básico, secundário e também superior.

Os estudantes não passaram a ter condições melhoradas no acesso à universidade (a Fundação não tem poderes para tanto), mas viram melhoradas as suas condições de acesso real. Passaram a dispor de uma bolsa de estudos que lhes permitiu ter livros, eventualmente transportes e propinas pagas, refeições melhores e terem outras condições de trabalho.

Entre os nossos bolseiros de 1986 já temos cerca de dez estudantes timorenses licenciados pelas universidades. No seu conjunto, demos 174 bolsas a estudantes timorenses, o que é muito importante, embora quando comparado com a magnitude dos problemas que afligem a comunidade, isto seja uma gota de água. Mas é uma

A taxa de aproveitamento das bolsas de estudo é muito elevada gota de água com significado, que traduz um investimento muito importante em gente jovem e que visa dar-lhe condições de trabalho e sobrevivência digna no seu país de apoio.

C. — *A evolução tem sido positiva, o número de estudantes timorenses tem aumentado?*

V. S. M. — A evolução é muito gratificante, tanto para nós, como para a Fundação Borja da Costa, porque a taxa de aproveitamento das bolsas de estudo é muito elevada, mais de oitenta por cento. Quero dizer que os estudantes timorenses têm-se portado muito bem e aproveitado de maneira exemplar o apoio que lhes é concedido. Estamos muito contentes porque isso significa duas coisas: que essa forma de apoio era necessária e que os estudantes timorenses têm uma determinação e uma capacidade que é verdadeiramente notável.

C. — *Entretanto, foi aprovado um decreto que permite aos estudantes timorenses aceder à universidade sem o limite imposto pelas notas. Mas qual vai ser o futuro destes timorenses, estão a estudar para ficar aqui, para partir, o que é que Portugal lhes pode oferecer ou o que se pode esperar deles?*

V. S. M. — Bem, a pergunta pode ser respondida do ponto de vista dos próprios estudantes que seguem os seus cursos nas universidades portuguesas, estabelecimentos vocacionados para uma inserção no meio português. No ponto de vista dos próprios estudantes, creio que eles estão a pensar, e bem, em fazer a sua vida em Portugal, porque isso decorre do facto de viverem aqui, frequentarem estas escolas e de serem tratados como portugueses. Mas, são portugueses de Timor, e se não fora a situação extremamente dramática e complexa, é muito possível que a maior parte desses jovens desejasse regressar ao seu país de origem. Até porque, e penso que é um dado cultural muito importante, quando se procura identificar o perfil de um timorense uma das componentes mais essenciais é essa sua ligação muito íntima e nostálgica, forte, à sua terra de origem. É isso que faz com que o problema de Timor tenha um dramatismo acrescido e que justifica porque durante todos estes anos, que são anos de guerra, de luta, de perseguição, de morte, os timorenses continuem, apesar de tudo, a lutar pela sua independência e por uma terra onde se respire aquilo que consideram a sua própria cultura, diferente, portanto, da cultura indonésia.

Timor continua a ser uma chaga que nós levamos aberta no nosso flanco como país

O outro ponto de vista tem a ver com Portugal e com os portugueses. É manifesto que ajudar os timorenses é um dever essencial. Timor continua a ser uma chaga que nós levamos aberta no nosso flanco como país. Como comunidade, em termos colectivos, e até em termos individuais todos nós sofremos com o drama de Timor. Nesse contexto, se os timorenses que temos entre nós puderem ser apetrechados culturalmente para ascenderem por essa via, de maneira mais precisa, aos seus direitos, à sua identidade e à sua cultura, então que bem que é. Acho que é um dos deveres deste país conferir aos timorenses os meios para que eles possam afirmar aquilo que constitui o traço mais dominante do seu património, que é, justamente, a sua cultura.

C. — *Nós portugueses fomos aquilo que Eduardo Lourenço chamou «colonialistas de segunda». Criámos nas colónias colonizados à nossa medida, não deixámos quadros, os índices de escolaridade eram os que se viram. Mas, simultaneamente, experimentamos um sentimento de culpa, que nos leva a estas ambiguidades, que nos leva a sofrer com o drama timorense, mas que apaga Timor dos livros de História e nas Geografias. Será que de facto, inconscientemente Timor já não existe para nós?*

V. S. M. — Penso que Timor existe nas nossas consciências de uma maneira muito pesada, muito vincada. Não se trata de estar aqui a endereçar cumprimentos a ninguém, mas o que me parece de realçar é o empenhamento no problema tanto pelo Sr. Presidente da República, como pelo próprio Governo e pela Assembleia da República. Nós não podemos dizer que as autoridades portuguesas não estejam atentas a Timor e não façam aquilo que podem, mas é um combate naturalmente muito limitado pelas circunstâncias. Portanto, Timor é um problema que existe na consciência dos portugueses e na consciência dos responsáveis.

A verdade é que Timor começou mal, devido à maneira lamentável como a descolonização

Um dos deveres deste país é conferir aos timorenses os meios para que eles possam afirmar aquilo que constitui o traço mais dominante do seu património, que é, justamente, a sua cultura

foi conduzida em algumas das colónias. Todas as descolonizações são, em princípio, infelizes, mas se houve uma particularmente infeliz, essa foi a descolonização de Timor. A ela presidiu uma enorme responsabilidade explicável pelo facto de, nessa altura, em Portugal o problema do poder não estar resolvido, e de Portugal se encontrar empenhado numa luta pela sua própria sobrevivência como país independente, senhor da sua cultura, independente de tutelas ou subserviências...

De qualquer modo, essa irresponsabilidade contribuiu para o problema que Timor vive hoje, o de ter sido anexado por uma potência estrangeira que, infelizmente, é a potência dominante na área, que tem como pontos paradigmáticos da sua política interna resistir às tentativas de secessão de partes de um território constituído por milhares de ilhas, um país que durante muito tempo combateu de maneira particularmente violenta contra a ameaça comunista interna.

A Indonésia matou milhares dos seus próprios cidadãos quando fez repressão violentíssima contra os comunistas no seu próprio país.

Ora um dos traços mais infelizes da descolonização de Timor foi que o movimento de libertação que apareceu a reivindicar legitimidade para representar o povo timorense e que triunfou entre as várias forças políticas em presença se denominasse marxista. Penso que isso terá contribuído para que a Indonésia se sentisse na necessidade de erradicar na área da sua influência aquilo que poderia ser um foco de ressurgimento do seu inimigo interno mais brutal: o comunismo.

Refiro isto porque me parece que um dos dados novos da situação de Timor tem a ver com o desaparecimento da ameaça comunista no mundo.

Se em relação à Indonésia, e numa visão isenta, distanciada e desapaixonada se pode considerar compreensível que uma secessão, uma autonomização de uma das ilhas, num país insular possa ser considerado um precedente perigoso no sentido do desmembramento do próprio país, já deixa de ser menos importante a consideração invocada pelos indonésios de que um Timor independente seria um perigo comunista. Isto porque, um Timor-Leste independente já não será comunista, porque, entretanto, o próprio movimento evoluiu no sentido de uma frente que abrange, praticamente, todos os espectros políticos, e, por outro lado, porque o comunismo deixou de ser uma ameaça.

Com a morte do comunismo no mundo, e o desaparecimento da União Soviética como potência agressiva nas áreas periféricas, a URSS deixou de ter uma política externa coerciva, reconheceu o direito à independência dos seus satélites, até das suas repúblicas. Portanto se até a União Soviética perde a sua virulência, o comunismo perde a sua virulência na medida em que a União Soviética já não considera como objectivo estratégico importante da sua política externa o fomento ou o apoio a movimentos comunistas no estrangeiro.

Parece-me, pois, importante referir que a Indonésia perdeu um dos grandes argumentos que utilizou para justificar a anexação e isto devia ser tomado em conta na altura em que nos preparamos para voltar a discutir com vigor o problema de Timor-Leste.

C. — *Bom, a Indonésia perdeu esse argumento, mas mantém a força que lhe permite continuar a ter Timor Leste sob ocupação.*

V. S. M. — Claro que mantém a força. Mas, também a perdeu em parte, porque a força da Indonésia advinha-lhe do facto de ser um dos grandes países da ASEAN. Portanto, não é a sua força interna que conta. O que tem contado é o facto de representar naquela área um dos baluartes contra o comunismo. Ora desaparecido o comunismo, a importância da Indonésia perde-se. Deixou de ser necessária a solidariedade que os Estados Unidos se julgavam na necessidade de dar à Indonésia na medida em que era a verdadeira guardiã daquela área contra o expansionismo soviético, e da China, cuja posição relativa a Timor era, paradoxalmente, igual à dos Estados Unidos. Os Estados Unidos não queriam o expansionismo soviético na área e a China, cujo inimigo global era a União

Soviética e o inimigo regional o Vietname, não queria perturbar uma acção que servia, no fundo, os seus interesses.

Ora a Indonésia não deixa de ter força porque é uma grande potência militar, mas em termos jurídicos e políticos essa força está particularmente diminuída.

C. — *Essa alteração da conjuntura internacional deveria portanto militar a favor da resolução da questão timorense...*

V. S. M. — Parece-me que esta deve ser uma pista a explorar, porque a arquitectura argumentativa indonésia parece ter perdido uma das suas componentes essenciais. E se essa componente era a solidariedade dos Estados Unidos e da China, isso é muito importante para nós, porque a nossa batalha deve ser travada no campo diplomático e no campo político. Tem de ser travada nas grandes instâncias internacionais porque foi aí que a Indonésia perdeu. O poder que a Indonésia nos opunha com eficácia era o poder argumentativo que tinha nas grandes instâncias internacionais e, sobretudo, no jogo das suas relações com a grande potência ocidental, os Estados Unidos, e com a grande potência regional, a China. O grande poder militar da Indonésia, esse não podemos discutir.

C. — *Acha que Portugal tem perdido tempo nesta questão de Timor Leste, ou pelo contrário, pouco mais poderia ter feito numa conjuntura internacional adversa?*

V. S. M. — Antes de se ter dado esta alteração de conjuntura, Portugal não podia ter feito muito mais, porque em termos internacionais é importante ter amigos, é importante ter aliados, aliados esses que na questão de Timor seriam, naturalmente e à partida, os Estados Unidos e a Comunidade Europeia. Acontece que o mais poderoso desses aliados tinha nessa área interesses contraditórios com os nossos. Os interesses dos EUA eram coincidentes com a Indonésia, isto é, evitar a penetração soviética.

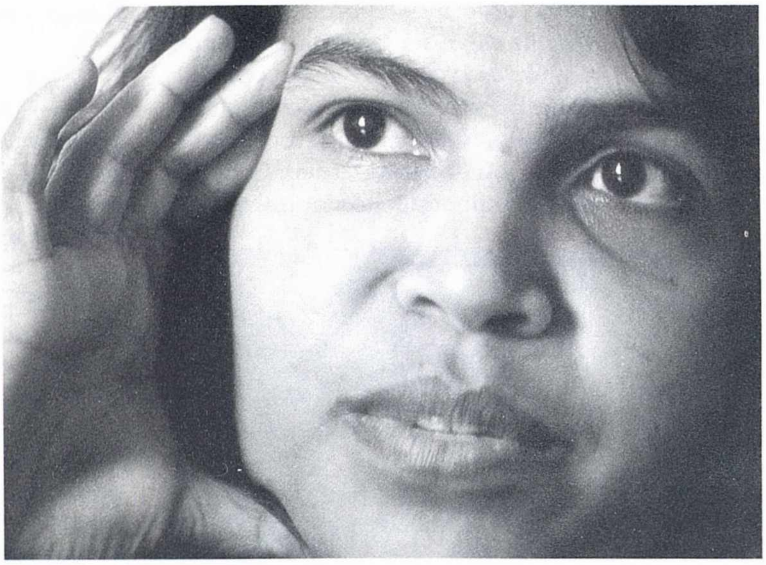
Por isso, antes da morte do comunismo era difícil a Portugal ter feito mais. Não porque a União Soviética se tenha tornado agora fraca ou frágil, mas porque se tornou uma potência diferente, estou convencido que hoje seria possível conversar com a União Soviética de maneira diferente sobre este assunto e obter, inclusivamente, uma atitude compatível com os interesses de Portugal naquela área.

A postura diplomática soviética é caracterizada por uma redefinição dos seus conceitos de segurança e de estratégia que tornam possível que, mesmo nesta matéria, a União Soviética possa ser interlocutor não só aceitável como útil.

Houve uma modificação tão radical das circunstâncias que é preciso tê-la em conta e explorá-la profundamente.

ESTUDANTES EM PORTUGAL

ABRIU-SE FINALMENTE UMA PORTA



Elizabete Lobato, 22 anos, bolseira da Fundação Austronésia Borja da Costa. O ingresso na Faculdade de Medicina de Lisboa ao abrigo da lei 63/91 tornou mais próximo o regresso a Timor como pediatra

O governo português só muito tarde se interessou pelo ensino em Timor, e, mesmo assim, não se preocupou em adaptá-lo às necessidades da colónia. Esta, é uma das conclusões a que chegou um grupo oficial que, em 1975, estudou as carências no território.

O ensino das Artes e Ofícios mereceu pouco interesse e o ensino agrícola estava, na altura do relatório, nas mãos de uma entidade particular.

Em Timor, somente quem se preparava para a carreira eclesiástica tinha assegurado um ensino local e sem problemas.

A situação parecia dar razão a uma frase célebre proferida por um alto dignitário da Igreja que afirmava, nos anos trinta, que «ao timorense deve dar-se picareta e não caneta».

Só no final da década de sessenta é que a primeira geração de estudantes timorenses vem a Lisboa para frequentar o ensino médio e superior. Seriam estes os primeiros quadros do território.

O 25 de Abril de 1974 apanha, portanto, os formandos timorenses em pleno curso universitário ou prestes a concluí-lo. Mas, se a situação não era boa antes, os acontecimentos de 1975 provocaram situações irrecuperáveis: a juventude e os dirigentes do futuro Timor independente ou morreram na luta durante a invasão ou não chegaram a concluir os seus estudos.

Desde então, o drama passou a ser do domínio público e os timorenses em diáspora, preocupados com uma sobrevivência penosa, deixaram para trás alguns dos problemas menos urgentes, como, por exemplo, a escolaridade.

Nos últimos quinze anos a população estudantil residente em Portugal sofreu das ambiguidades de um processo que considerava os timorenses portugueses de direito, mas que era composta, de facto, por membros de uma comunidade de desenraizados, longe da família, a maior parte dos quais traumatizados por uma situação de guerra. A comunidade confrontou-se, então, com o seguinte problema: não possuía formação socioprofissional e, portanto, não podia competir no mercado de trabalho a par dos «outros» portugueses, nem tinha condições objectivas para obter essa formação, pois, em muitos casos, o nível de escolaridade era o básico.

Para os poucos jovens que conseguiam vencer a barreira e entrar para um estabelecimento de ensino secundário o drama situava-se na impossibilidade de acompanhar os programas escolares portugueses, desfasados, entre outros motivos, pelo período de guerra que se viveu em Timor.

De Herodes para Pilatos, os responsáveis da Fundação Austronésia Borja da Costa passaram grande parte destes últimos anos a tentar explicar às várias entidades as particularidades do problema dos estudantes timorenses. A primeira instituição que se preocupou com o problema foi a Fundação Gulbenkian que, em 1986, atribuiu as primeiras bolsas de estudo.

Mantinha-se, porém, um problema. Entrar numa faculdade portuguesa continuava a ser, para um estudante timorense uma quase impossibilidade. Como exigir de jovens com as dificuldades por todos reconhecidas — desenraizamento, traumatismos de guerra, situação familiar precária —, que tivessem médias suficientes para entrar no ensino superior?

Abriu-se, finalmente, uma porta. No seu último dia de legislação, e na sequência de uma exposição enviada, nesse sentido, pela Fundação Borja da Costa à Comissão da Assembleia da República para a Educação, a Assembleia da República aprovou um decreto que permite aos estudantes timorenses entrar nas universidades sem serem abrangidos pelo «numerus clausus». É a Lei 63/91 publicada em 13 de Agosto que prevê o «acesso ao ensino superior de naturais de territórios sob administração portuguesa temporariamente ocupadas». Esta lei é válida já para o corrente ano lectivo.

POVOS DE TIMOR POVO DE TIMOR

M. O. LAMEIRAS-CAMPAGNOLO e H. CAMPAGNOLO *

Quer os adeptos quer os adversários do direito à independência de um «povo» justificam frequentemente as posições respectivas recorrendo à noção de *identidade cultural,* subentendida implicitamente pela noção de *homogeneidade cultural;* um povo não «merecerá» constituir uma unidade política autónoma a não ser que possua uma homogeneidade cultural interna e uma heterogeneidade externa[1]. Os trabalhos de investigação antropológica sobre Timor revelam, na generalidade, dois planos de coesão territorial e socio política coincidindo, aproximadamente, com Timor Oriental, um interno a cada grupo, um outro de relação entre eles. Os exemplos extraídos esquematicamente de quatro sectores da vida dos habitantes de Timor Oriental mostrarão, cremos nós, como a diversidade não só estrutura os grupos etnolinguísticos não-fragmentáveis em unidades autónomas mais pequenas, mas constitui um laço estreito entre grupos etnolinguísticos distintos[2].

Língua

Os Timorenses são essencialmente bilingues, falando usualmente com fluência pelo menos duas línguas, conhecidas e praticadas de modo diferenciado:

— a *primeira língua* é a língua do grupo onde nasceram e passaram a infância e a adolescência; mesmo quando afastados há tempo da sua terra natal, é nessa língua que sabem designar os elementos do meio ambiente, a flora, a fauna, os fenómenos atmosféricos; é também nessa língua que sabem designar os termos de parentesco que sintetizam os traços estruturais de organização social relacionada com a vida económica e religiosa do seu grupo;

— a *segunda língua,* aprendida geralmente mais tarde quando entram em contacto com Timorenses estranhos ao seu grupo de origem, é o *tetun veicular,* idioma que aparece à primeira vista como uma variante «simplificada dos tetuns «vernaculares» (*tetun* los ou *tetun terik*) falados não obstante como primeira língua por alguns grupos timorenses em áreas distintas do território (Soibada, Viqueque, Batugadé, Suai — com correspondência no outro lado da fronteira, em Wehali); é nessa língua franca aprendida já em idade adulta ou adolescente — cujo ensino da leitura e da escrita foi promovido muito precocemente pelos missionários e mais tarde pela administração portuguesa republicana (v. cartilha tetun-português do Padre Laranjeira, adoptada nas escolas oficiais de Timor por P. P., n.º 121 de 17/07/1916) — que os Timorenses exprimem os conceitos comuns aos vários grupos assim como os resultantes da penetração europeia (ou de grupos tecnicamente equiparados) no território; a simplificação morfoló-

gica, a polivalência funcional das palavras (nome ou verbo ou também preposição ou advérbio, segundo o contexto) multiplica as combinações significativas, facilita a integração de novos conceitos. O uso da língua portuguesa pelos dignitários locais ou a prática em meios urbanizados e no extremo oriental da ilha de um «português» assaz rudimentar (adquirido nas escolas das missões, da administração, da instituição militar) são, com o crioulo de Bidau (Dili), as únicas apreciáveis excepções à utilização do tetun como língua veicular.

Esta admissão da heterogeneidade linguística conduzindo à manutenção das línguas locais e à promoção do tetun veicular à língua nacional, além de fornecer um suporte à aprendizagem de novas línguas, aparece como um meio privilegiado de optimizar as potencialidades intelectuais da população, fazendo beneficiar a colectividade e os indivíduos das estruturas cognitivas complexas de cada idioma.

Organização Social e Política

A exemplo do que acontece com a língua, também neste sector são testados os dois planos mencionados:

— o de *uma organização social e política própria a cada grupo* com os seus regulamentos internos, tornando cada grupo uma unidade delimitada e individualizada pela presença ou ausência de estruturas mais ou menos linhageiras, de chefias políticas e/ou religiosas, de regimes patrilineares/matrilineares de transmissão de terras/bens/locais de culto/estatutos (com incidência sobre a estrutura fundiária e a literatura oral);

— o de *uma organização social e política nos seus traços comuns* em que se destaca uma regra de aliança implicando o indivíduo muito precocemente em torno de duas cerimónias fulcrais — o casamento e a morte/enterro (e paralelamente a adopção e a inauguração de casas linhageiras) — durante as quais se procede a uma permuta assimétrica de bens de valor equivalente cuja natureza diferente (ouro, prata, armas brancas, búfalos, cavalos vivos, do lado do noivo; panos, colares de coral aurífero, porcos abatidos, do lado da noiva) exprime a orientação, o sentido de uma relação matrimonial de troca generalizada, comum à quase totalidade dos grupos timorenses (exceptuando certas regiões tetun, em particular Soibada e Viqueque).

Não obstante as particularidades do sistema social e político que a(o) encerra individualmente, cada mulher, cada homem timorense sabe, face aos membros de outros grupos, «traduzir» o próximo e o diferente, situar-se em relação aos outros sistemas e eventualmente inscrever-se dentro deles, com mais ou menos facilidade, com mais ou menos felicidade, quando a isso compelida(o) por casamento, por adopção, por razões profissionais ou por simples desejo/necessidade de mudar de lugar.

Religião

No campo religioso e cultural, deparamos com idêntica clivagem entre os dois planos;

— por um lado, *as formas concretas de vida religiosa de cada grupo*, apresentando por vezes variações relevantes de grupo para grupo e por vezes dentro do próprio grupo; práticas culturais de distribuição colectiva ou individual e localizações cerimoniais diversificadas, tendo em conta a origem migrante ou não-migrante das linhagens consideradas, a feição mais ou menos cristianizada/urbanizada dos grupos considerados;

— por outro lado, *as formas «veiculares» do culto na zona oriental de Timor* que apresentam feixes de traços identificáveis pelos próprios Timorenses como pertencentes a um património cultural colectivo; culto aos antepassados, culto às entidades tutelares do mundo natural.

Este hábito de articular planos diferentes, esta presteza de posicionamento em situações diferentes complexas dá-lhes concomitantemente a possibilidade de estabelecer uma correspondência viável entre os seus hábitos religiosos e certas grandes religiões que não façam perigar equilíbrios locais essenciais (ao Deus católico, os grupos/indivíduos não cristianizados fazem facilmente equivaler uma menos interveniente divindade local, deus sol-lua, masculino-feminino, dia-noite, profano-sagrado, quente-frio, tanto mais que, exceptuando a questão delicada mas contornável do casamento entre primos, o catolicismo não entrou massivamente em conflito directo com preceitos locais; não é este o caso de uma outra religião — a religião muçulmana introduzida em muitas áreas insulíndias — em que as proibições de consumo de carne de porco e de álcool são susceptíveis de amputar certas práticas socio-religiosas dos Timorenses Orientais de suportes de codificação completamente fulcrais (v. 2; Organização social).

Interacções Eco-tecnológicas

Neste último exemplo da presente enumeração não exaustiva (isto é, que não esgota o inventário possível de exemplos susceptíveis de ilustrar esta perspectiva), constatamos de novo a coexistência dos dois níveis citados;

— o que contém *formas de relacionar o ecológico e o técnico específicas de cada grupo*, as quais têm a ver simultaneamente com a índole migrante dos grupos, dos locais de partida ou de passagem das migrações, com os condicionamentos ecológicos do território de instalação em Timor, com os mecanismos de inovação/empréstimo/transmissão dos saberes, accionados

Desprender para serem cozinhados durante um casamento (ponta leste) os porcos que, conjuntamente com os tecidos e com os colares em coral aurífero, constituem a prestação do lado da noiva (contra, do lado do noivo: ouro/prata, armas, búfalos/cavalos/cabritos)

desde a chegada a Timor, incidindo essas formas distintas sobre os aspectos técnicos e os aspectos sociais das actividades técnicas;

— o que contém a *expressão do comportamento colectivo articulando meio e aquisição/fabrico/consumo;* em comum possuem uma alta interdependência do meio natural e do conhecimento minucioso dos recursos dele provenientes, os métodos de aproveitamento/esquadrinhamento da natureza, em consonância com um tipo de intervenção a uma escala «humana» (uma escala «humana» que, se não evitou incorrecções na avaliação e na execução, evitou provavelmente desequilíbrios ecológicos irremediáveis na zona oriental de Timor)[3].

É em necessária articulação que os diversos sectores constitutivos de uma sociedade lhe conferem a fisionomia através da qual ela é reconhecida no exterior, não podendo um só sector extirpado do seu enquadramento restituir a imagem integral dessa sociedade no plano político-institucional; no caso timorense, se elementos de organização social ou dos outros três sectores a ela aqui articulados — língua, religião, área eco-tecnológica — podem apresentar indesmentíveis correspondências ou prolongamentos noutras ilhas insulíndias ou na zona ocidental de Timor, os quatro exemplos evocados apresentam, em solidariedade, uma não menos indesmentível especificidade quando comparados com as áreas vizinhas.

O conjunto de sectores que formam cada um dos grupos timorenses assim como o conjunto dos grupos implantados em Timor Oriental encontram-se inseridos num contexto histórico-institucional vivido durante séculos sob a tutela administrativa e política portuguesa. Esse contexto, não comprometeu, não impediu no essencial, em Timor, um *equilíbrio original* entre a autonomia das realidades sócio-económicas e culturais de cada grupo e as referidas estruturas de comunicação favorecendo contactos e entendimentos sem descaracterização dos grupos e dos indivíduos. Ou por respeito consciente e determinado, ou por insuficiência de meios (financeiros, técnicos, humanos), ou por mera indigência (segundo finas variantes individuais dificilmente generalizáveis), a presença portuguesa não colidiu fundamentalmente, foi em larga medida conciliável com a salvaguarda dos dois níveis descritos[4].

Como não considerar pois legítimo que um conjunto de grupos etnolinguísticos forjado num inter-relacionamento institucional de vários séculos que facultou o *equilíbrio original* referido — *concebido como ponto de partida de uma criação colectiva autónoma incrementando esses dois planos* — não queira perder um «legado» susceptível de levar harmoniosamente as formas federadas de coexistência, sem hegemonização por um grupo da unidade política prefigurada?

Como não considerar pois legítimo que os Timorenses Orientais recusem o «enlace mortal» da potência invasora que, a pretexto de missão civilizadora (servindo simultaneamente senão prioritariamente a penetração e a movimentação civil e militar da entidade ocupante), se revelou e revela, desde o início, radical e sistematicamente redutora das diferenças e das particularidades culturais, não dando garantias de acolher esse equilíbrio original caracterizando indiscutivelmente a zona oriental de Timor?

Tecer: saídos dos teares femininos para serem só ocasionalmente usados (quando já gastos ou em ocorrências cerimoniais), os tecidos são sobretudo moeda individual e linhageira

Como não considerar pois legítimo que os Timorenses Orientais queiram assumir o direito a eleger e materializar desafrontadamente uma solução política autónoma dos modelos impostos/propostos na vizinhança, solução que não parece dever ser elaborada em nome de uma abstracta «mítica» homogeneidade/identidade cultural. *A menos que «identidade» seja definida como esse complexo e dinâmico ajustamento entre «nuclear» e «comunicativo», que funcionou naturalmente em Timor Oriental e que poderia servir de base a futuras e inovadoras formas de inter-relacionamento institucional.*

Modelo pioneiro, se comparado com a maioria dos modelos nacionalistas vigentes, modelo no qual outros povos inimigos e amigos poderiam e deveriam atentar com deferência e humildade, agora que muitas das certezas adquiridas são relativizadas na sua expressão quotidiana e nos seus aspectos conceptuais.

---

[1] Objecto de uma comunicação às II Jornadas de Timor em 29/04/91, a presente temática foi apresentada perante o Colóquio «O Ocidente no Oriente através dos Descobrimentos Portugueses» realizado na Universidade Nova de Lisboa de 26-28/9/91 (a versão aí desenvolvida incluiu uma referência à noção de *identidade* extraída da intervenção de F. Héritier-Augé no Colóquio «Vers des Sociétés Pluriculturelles», AFA, Paris, 1986). Recusando por princípio utilizar a mesma matéria em contextos editoriais distintos, os autores aceitaram excepcionalmente este «desdobramento» do texto tendo em conta a complementaridade do público leitor visado e o apreço que lhes merece a acção da Fundação Austronésia Borja da Costa em prol de Timor.

[2] O título e o conteúdo desta contribuição remetem para a Exposição «Povos de Timor, Povo de Timor — Vida, Aliança, Morte», inaugurada a 14/12/89 em articulação com o Colóquio Internacional «Antropologia Timorense; Produções, Linguagens» e distinguida com o prémio TRIOMUS 90/ICOM (Brasil) na categoria «Investigação e exposição sobre colecções fora do seu país de origem». Promovidas no Museu Nacional de Etnologia pelo CACS/IICT, com a participação de timorenses e de não-timorenses de vários quadrantes científicos e ideológicos, estas duas iniciativas — informando *concretamente* sobre a vida quotidiana e cerimonial em Timor Oriental — serão em breve editadas na integralidade dos seus materiais pela Fundação Oriente (Catálogo da Exposição) e pelo IICT (Actas do Colóquio).

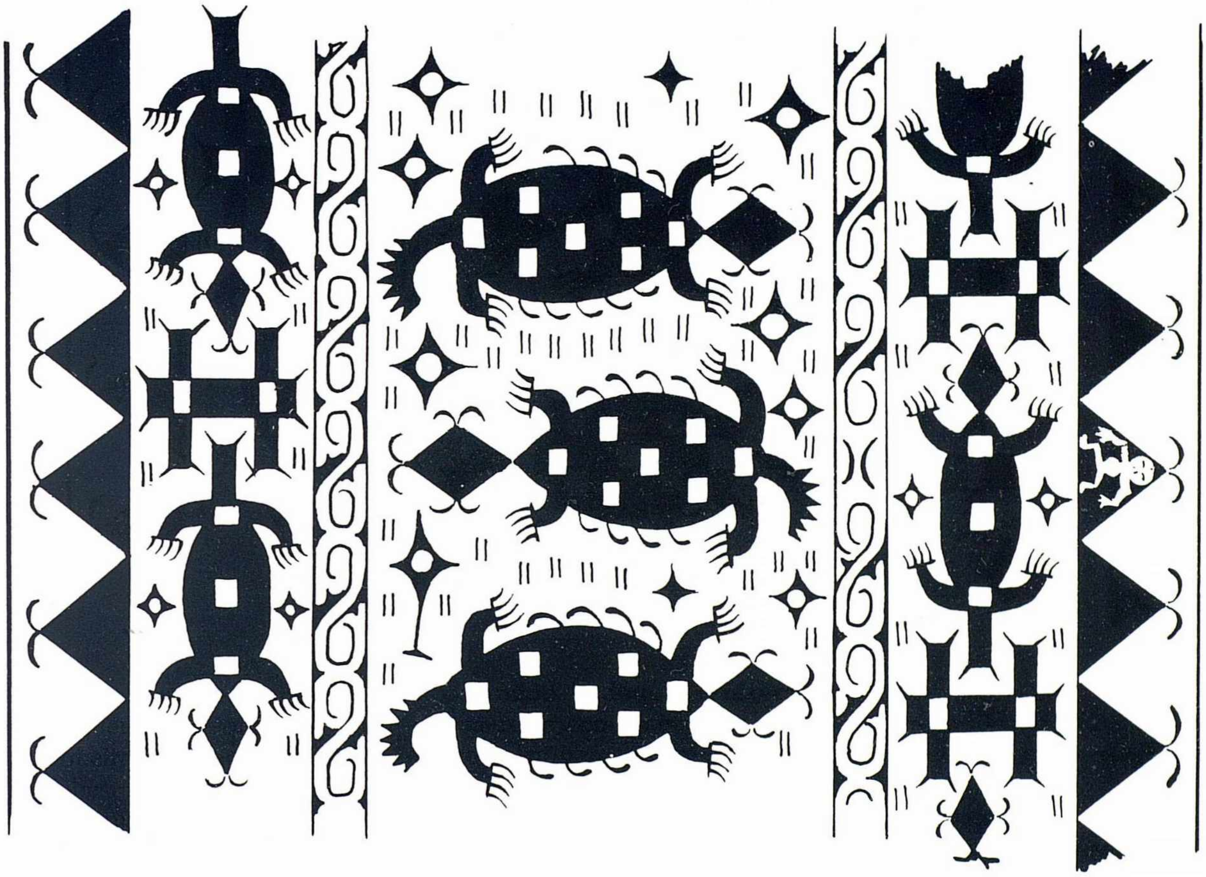
[3] A eliminação de aglomerações e de populações, as deslocações e transmissões coagidas — que outros estudos detalham — têm por desastroso corolário a ruptura da relação tecida entre essas populações e o seu meio natural, identificado e inventariado ao longo de gerações, cuja exploração meticulosa é condição e factor da sua sobrevivência e independência materiais e culturais.

[4] É forçoso admitir que a insuficiente assimilação por convictos negociadores nas instâncias internacionais da informação científica acumulada em Timor por sucessivos e empenhados investigadores (em contínuo vaivém entre colecta/controlo de dados, entre conceptualização/verificação de hipóteses/recolha de dados), foi factor de fragilização da defesa activa e eficiente de Timor Oriental aquando e depois da ocupação indonésia. Aparecendo essa escassez informativa como reveladora de um rudimentar conhecimento das populações e de uma consequente ausência de entendimento teórico da questão timorense na sua complexidade/inteireza, torna-se premente delimitar que credíveis argumentos de fundamento estratégico podem ser extraídos desse científico, desse cultural, sem ignorar, sem desmentir, sem forçar artificialmente os factos, que na sua presença e insistência, falarão sempre mais forte e decisivamente que a maneira de os tornear.

* Investigadores do Centre Nacional de la Recherche Scientifique (Paris) em Antropologia e Linguística, os autores Maria O. Lameiras-Campagnolo e H. Campagnolo efectuaram em 1966 e em 1969-1970 duas missões de longa duração em Timor, em 1976 uma missão junto dos refugiados timorenses na Austrália, prosseguindo desde 1978 o seu trabalho de investigação com os timorenses deslocados em Portugal. No âmbito de um acordo CNRS/SHS-CES/INIC cordenaram o projecto «Antropologia das Minorias» no Departamento de Antropologia da Universidade Nova de Lisboa; no âmbito de um acordo CNRS/SHS-CACS/IICT foram membros do comité de organização do Colóquio e da exposição assinalados na nota 2.

ERA UMA VEZ UM CROCODILO

ISABEL HORTA



Há muitos muitos anos, tantos que ninguém sabe quantos, vivia numa ribeira em macassar, na ilha de Celébes, um crocodilo. Era um crocodilo muito velho. Tão velho e cansado que já nem forças tinha para conseguir apanhar os peixes da sua ribeira. Quase morto de fome, decidiu um dia partir e meter terra adentro. Pensou ele que seria mais fácil encontrar em terra o alimento de que precisava e que já não conseguia apanhar na água.

Andou, andou, mas não encontrou nada com que matar a fome: nem um porco, nem mesmo um simples cão.

Decidiu, então, regressar à ribeira. Mas, cada passo custava-lhe ainda mais do que o anterior. E com o calor a queimá-lo, via já a hora em cairia por terra, morto, transformado em pedra, longe do sítio onde sempre tinha vivido.

Valeu-lhe a tempo um rapaz, aparecido não se sabe de onde e que, com pena do pobre velho crocodilo, decidiu ajudar. Com muito esforço conseguiu arrastá-lo até à ribeira.

Grato, o crocodilo fez-lhe ali mesmo uma promessa: a partir daquela altura, seria ele a transportar o rapaz. E iria levá-lo, às costas, por águas de rios e de mares, sempre, até onde o rapaz quisesse. Mas, a fome, fez-lhe um dia esquecer a promessa, e o crocodilo decidiu comer o rapaz. Valeu, desta vez, ao rapaz, a intervenção dos outros animais. Todos sem excepção mostraram ao crocodilo como estava a ser ingrato. Envergonhado e arrependido, o crocodilo decidiu, então, que estava na altura de cumprir o que prometera: com o rapaz às costas, partiu mar fora á procura das terras onde nasce o Sol.

Nadou, nadou até que a velhice e o cansaço o impediram de continuar. Ainda teve tempo para pensar em regressar ao ponto de onde partira, mas já nem forças teve para se pôr a caminho. De repente, o velho crocodilo sentiu que os seus membros paralizavam, e que todo ele se transformava em pedra e em terra e cresceu, cresceu, até que se tornou numa ilha.

O rapaz levantou-se e caminhou ilha fora. Depois parou, abarcou a ilha em forma de crocodilo num só olhar e resolveu chamar-lhe Timor, ou seja Oriente que é o que Timor quer dizer em língua malaia.

Ao mesmo tempo, e com espanto, o rapaz reparou que já não era mais um rapaz mas um homem e que pendurado no seu pescoço tinha um disco de oiro... o Sol com que o crocodilo sempre sonhara.

Nasceu, assim, o mito de origem e o mito da fundação de Timor: o crocodilo é a ilha, o rapaz o primeiro timorense. Crocodilo e rapaz num só a representarem o antepassado dos antepassados, o avô dos avós, o tronco comum, aquilo que une todos os povos que habitam Timor e que dão ao crocodilo, precisamente, o nome de «Bei-Nai», ou seja «Avô Grande».

São povos que temem o crocodilo, porque é um animal terrível mas que, pela mesma razão, também o adoram: é por excelência o «Lulik» o animal sagrado dos timorenses. É que, apesar de terrível, os Timorenses crêem que é também um animal justo e que nunca fará mal a quem tenha a consciência tranquila. Por isso mesmo, o crocodilo foi tantas vezes utilizado, também, como juiz de muitas causas, sobretudo causas de litígio. Contam os escritos antigos que perante dois indivíduos em litígio, o régulo da região — o rei — mandava levá-los até uma lagoa infestada de crocodilos e atirá-los à água. Aquele que fosse devorado era o culpado, aquele que saísse ileso o que estaria dentro da razão... Por vezes, ambos eram devorados, ou ambos saíam a salvo sem que nada lhes acontecesse, mas isso só significava ou reforçava a imparcialidade deste juiz, e assim se fazia justiça.

Objecto de muitas e muitas crenças para os timorenses, a figura do crocodilo aparece impressa em grande parte dos objectos da cultura timorense. A figura pode ir de uma simples representação real as representações mais estilizadas do crocodilo e, na maior parte das vezes, surge associada a representações também muito estilizadas da figura humana. E como prova da importância que a cultura e o imaginário timorenses atribuem a este animal, está o facto de o elemento crocodilo aparecer representado em muitos e diferentes aspectos da cultura timorense: da cestaria, às esteiras, dos famosos panos, tão importantes nas trocas e nos contratos de casamento, às casas. E isto é tanto mais relevante quanto a casa representa justamente, um dos elementos que pode identificar a unidade da cultura deste povo composto por vários grupos etno-linguísticos. À excepção das diferenças impostas pela situação geográfica e, por isso mesmo, pelos microclimas que são uma característica de Timor, as casas dos timorenses, pertençam eles a grupos etno-linguístico pertençam

DUAS VISÕES DE TIMOR

Timor esteve no Museu de Etnologia por duas vezes, uma em 1987 no espólio de Ruy Cinatti, outra em 1989 numa exposição integrada no Colóquio «Antropologia timorense, Linguagens».

No primeiro caso, foram mostradas 170 peças que iam das estatuetas de madeira aos braceletes de prata, sem esquecer as máscaras cerimoniais nem os panos. Era uma exposição baseada nos objectos recolhidos pelo poeta nas suas andanças na ilha, sem grandes pretensões, objectos que falam da cultura que Cinatti encontrou: «um Timor que mantinha a integridade essencial de uma cultura própria e antiga que era como o respirar natural do povo», conforme escreveu na altura Ernesto Veiga de Oliveira.

«Timor de Ruy Cinatti» era, portanto, uma visão particular de quem se sentiu tão ligado a uma terra que adoptou como sua.

A segunda exposição, inaugurada em Dezembro de 1989 mostrava 295 objectos agrupados à volta de dezasseis painéis que diziam respeito a actividades como a pesca, ou a preparação dos alimentos, e cerimónias como o casamento ou o enterro.

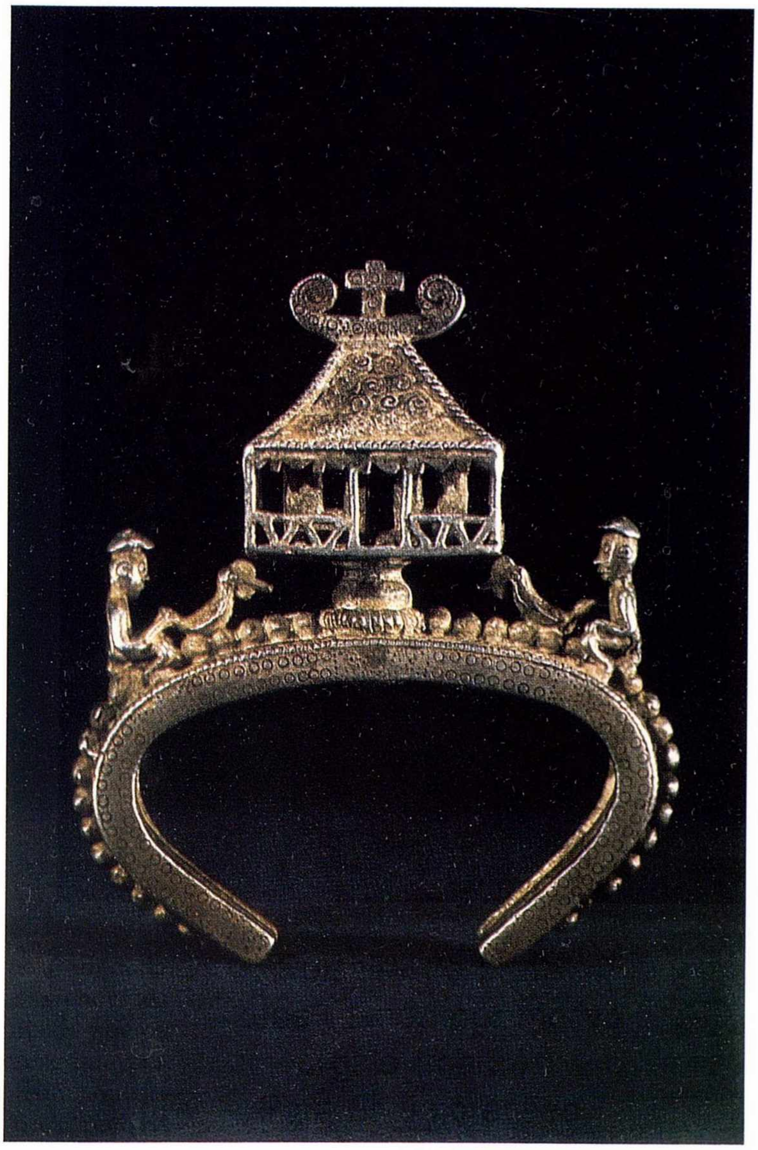
A exibição de «Povos de Timor, Povo de Timor — Vida Aliança Morte» foi integrada num colóquio que se desenrolou no próprio Museu de Etnologia entre os dias 12 e 16 de Dezembro de 1989 e que contou com a presença de vários especialistas estrangeiros.

Apesar da presença portuguesa durante séculos em Timor-Leste, a verdade é que nem por isso existe em Portugal um verdadeiro espólio de materiais que ilustrem a realidade cultural e antropológica do povo timorense.

O fundo timorense existente no Museu de Etnologia, agora inacessível, não é particularmente rico e se não fora a colecção de Cinatti e a participação de especialistas como o casal Campagnolo, os portugueses ainda menos saberiam daquele território.

E talvez em breve sejam estes poucos objectos aquilo que restará em Portugal da cultura timorense de antes da ocupação indonésia, porque a javanização progressiva de Timor-Leste tenderá a fazer desaparecer, muito rapidamente os sinais dessa cultura singular que se mantinha tão viva no tempo de Ruy Cinatti.

têm todas a mesma estrutura. Cada casa representa a concepção cosmológica e religiosa dos timorenses, ou seja a concepção que têm do mundo e da vida, e apresenta-se, por essa razão, dividida em três partes, três pisos sobrepostos: o piso térreo, onde guardam os animais, mas onde consideram também que habitam os espíritos inferiores ligados à própria natureza... Porque para eles tudo tem alma, e tudo é susceptível de ser divinizado, desde a água, às árvores, uma montanha ou mesmo uma simples pedra; o piso intermédio: o mundo dos vivos, onde habita a família; e, finalmente, o piso superior: o piso onde é feito o culto dos antepassados e onde crêem habitam os espíritos desses mesmos antepassados da família.



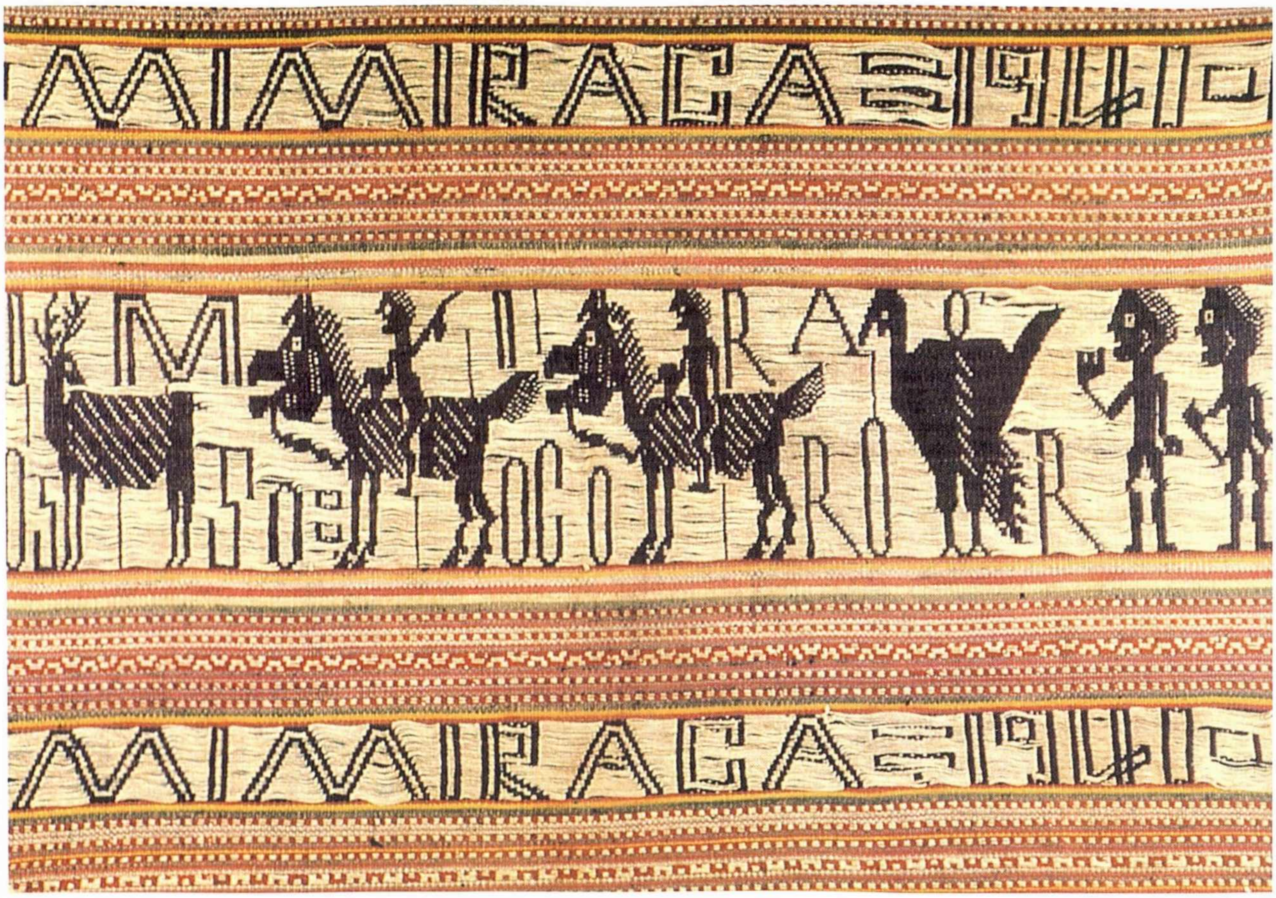
Pulseira de prata «kebe» tendo por motivo o galo (manu). Para os timorenses o galo é portador de força, coragem e fertilidade

Família que aqui deve ser entendida pela unidade de linhagem. Ou seja, descendentes de antepassados comuns de que os vivos ainda se lembram e que por sua vez juntamente com outras linhagens constituem o clã porque todas elas, por sua vez, tiveram um antepassado comum, este de que ninguém se lembra porque ninguém conheceu, apenas se sabe que existiu... o antepassado mítico.

Mas é na verdade nas casas sagradas em quase tudo semelhantes às familiares que o elemento crocodilo aparece com maior frequência. Por detrás da intenção decorativa há outra mais profunda: o simbolismo.

E essa é também a intenção que prevalece na introdução do elemento crocodilo quase sempre associado ao humano que decora os valiosos panos timorenses. Valiosos porque para além de simples panos eles têm verdadeiro valor económico: pano em Timor equivale àquilo que noutras sociedades é representado pelo dinheiro. Mais do que para serem usados eles servem para trocas e fazem parte dos contratos de casamento, são tecidos pelas mulheres em teares que têm particularidades específicas — são os chamados teares de cintura em que o fio é esticado pelo próprio corpo da mulher — e constituem o dote que a mulher leva para o casamento. Em troca a família do noivo deverá dar o valor dos panos à família da noiva em búfalos, ou mais recentemente em cavalos.

Teares, panos, esteiras, cestos e caixas, todo o tipo adornos, são peças que constituem as duas colecções de Timor, hoje propriedade do Museu de Etnologia, em Lisboa. São objectos recolhidos por Ruy Cinatti ou, mais recentemente, pelo casal Campagnolo. São colecções que documentam apenas alguns aspectos da vida de Timor. Aspectos essencialmente ligados à vida religiosa e ritual do povo de Timor e que foram também os aspectos que mais agradaram a quem fez a recolha. Como sempre acontece nestes casos trouxe-se o que era típico, o que era exótico, não o que reflectia ou documentava a economia timorense, a sua vida, o seu dia-a-dia. Como qualquer colecção, não euro-



Pano «tais» da região de Los Palos com motivos de cavalo e veado. Para os timorenses os panos têm verdadeiro valor económico e fazem parte dos contratos de casamento

peia, também estas necessariamente não conseguem retratar mais do que uma parcela de uma cultura. Provavelmente, representam os aspectos materiais que melhor identificam os timorenses, mas delas não se pode esperar que reflictam mais do que um ou vários aspectos dessa cultura e mesmo desses não se consegue mais do que uma visão sincrónica, a do momento, da altura em que foram recolhidos. Da sua permanência, da sua continuidade, da sua evolução, dos seus iguais ou diferentes usos, nesta altura nada se sabe, porque não se pode nem se tem acesso a Timor.

Resta em Lisboa, esta pequena parcela de uma cultura agora escondida e calada e muito provavelmente adulterada. Mas até a esta pequena parcela, nem timorenses nem portugueses têm acesso. Terminados os períodos de exposição, as colecções foram encerradas nas reservas do museu de etnologia. E, crueldade das crueldades, integradas na área da Indonésia. É que, aqui, como em qualquer outro museu de um outro qualquer país, o critério que presidiu à escolha da área ocupada com as colecções de Timor, foi o critério geográfico.

Noutro tempo, estas reservas podiam ser visitadas, já que foi com esse entendimento de museu que foram concebidas. Mas, hoje, à frente do Museu de Etnologia estão outras gentes e com elas outros entendimentos do que deve ser o espírito do Museu de Etnologia. Por isso, para ver Timor em Lisboa, só quando houver outra exposição. E das colecções de Timor no Museu de Etnologia a única coisa que se pode agora dizer é: tão perto e tão longe ou tão longe e tão perto.

RUY CINATTI:

Hei-de chorar as praias mansas de Tíbar e Díli

DIANA ANDRINGA

Nasceu em Londres, a 8 de Março de 1915, e embora tenha vindo para Portugal ainda crinça, talvez que esse nascer em um outro país possa ser uma das explicações para o seu permanente «apelo do desconhecido», que descreve assim, em texto publicado vinte anos depois do seu nascimento, na revista *«Mundo Português»:*

«Contribuição para a ideia máxima que há anos me vem ocupando o espírito. A ideia daquilo que está para além do horizonte em que vivo, o apelo do desconhecido, a curiosidade absorvente que me leve para longe, distante de tudo e de todos em constante contemplação; enfim, em atitude espiritual e maravilhosa — a aventura — que nos levou a nós, portugueses, pelas várias estradas do Mundo, e que eu considero, pela vida intensa que se vive, a maior aproximação de Deus.»

A mãe morre-lhe aos dois anos. Dela fica-lhe apenas uma memória vaga, mas que jamais o abandonará — e estará bem presente no livro *Nós não somos deste mundo,* datado de 1941, o mesmo ano da sua licenciatura em Agronomia:

«E ela está aqui, na minha frente, no retrato que tirei de cima da estante para melhor a ver. Eu olho para ela, para os seus lindos olhos, mas é tal a sua quietação que se não perturba e continua a olhar em frente... E enquanto olho para ela e me sinto pouco a pouco a trespassar de não sei que ternura tão cheia de amor, vou pensando nela e em tudo o que a rodeia e me pertence... O seu olhar... Há imagens que se fixam continuamente nos retratos; há retratos através dos quais as imagens se sucedem e transfiguram continuamente

O minha mãe! Por que nasceu a manhã?... E porque veio a noite?... De manhã a luz é forte, é plena de grandes combates, e ao anoitecer o ar dilui-se em ansiedades insatisfeitas, em sonhos longínquos de coisas que se vão, e eu não quero mais do que o esquecimento que me leve com os raios últimos do sol, em vibrações concêntricas, a ligar no imutável mistério a variação contínua das imagens.

E ela está ali, no retrato que sempre a conheço, um retrato em que ela vive apenas da expressão do seu rosto amável e no vestido branco que lhe envolve o busto. É assim que eu sempre a verei.

O suave encanto do seu rosto e a pureza que se evola do vestido branco e dos seus olhos firmes na contemplação de um infinito interior!

Será sempre assim a imagem dela, ainda que, por vezes e inconscientemente, sombras passem a desvanecê-la, sombras que exprimem a sua passagem pelo Tempo que eu crio para ela, à semelhança do tempo que passa por nós.

E também, por nunca a ter conhecido em consciência, aparte dois motivos que ainda agora pergunto se foram realidade, tão distantes, tão perdidos são, ou se a continuação do mesmo pensamento os tornou para mim realidade; assim, ela repetir-se-á muitas vezes, muitas vezes — as imagens a mudarem levemente mas sempre irradiando da fonte luminosa que é o seu retrato.

E as suas coisas, os livros e as cartas viverão no tempo em que viveram; porém, serão sempre as mesmas mãos e os mesmos olhos a pegarem e a lerem e a sonharem os tempos de ontem e os tempos de amanhã.

Tudo passará da sua vida. Nada o tempo destrói através das recordações, as mudanças delicadas da alma e do seu corpo. Tudo se juntará de novo, num conjunto indivisível à lembrança do abalo, que foi, na madrugada dos meus vinte anos, a impressão casual de eu ter olhado para o seu retrato. E de novo digo, imploro: 'Mãe!... Mãezinha! conta uma história para eu adormecer... Mãe!...'

Contigo me levaste, minha Mãe! Nós não somos deste mundo, mas é no mundo que eu vivo. Em cada pensamento, em cada acção, os teus desígnios serão revelados, até onde o sonho me levar. O meu coração estremece ao teu apelo. Guarda-o como se fosse teu, e banha-me de lágrimas para que eu possa, um dia, estar a teu lado, para sempre.»

Aos 17 anos, estudante, publica Ruy Cinatti os seus primeiros textos, no jornal do Colégio Nuno Álvares. Marca-os já o desejo de aventura. E três anos mais tarde, aproveita um cruzeiro de estudantes para visitar a Madeira, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Angola, numa viagem que será para ele fonte de inspiração para vários textos. Um ano depois, em 1936, publica na revista *Mundo Português* um desses contos: *Ossobó,* a história de um pássaro de S. Tomé e Príncipe. E em *Nós não somos deste mundo,* publicado, como já se disse, em 1941, surge a recordação desse cruzeiro:

«Abro o meu diário de viagem: /'Há cinco anos' — diria — 'há cinco anos...'/ — Ah!, quanto o coração e as mãos me tremem —/ 'Há cinco anos' — diria — 'há cinco anos.../ Eu viajava'./ E eu escuto a ver se as páginas me falam/ Como sonho noutros mundos vida,/ Renasce a ilusão e trémulo sinto/ Todo aquele abandono e branda aragem/ Da partida/ Doce e amarga vida/ — O navio da aventura! —/ No livro abrem-se abismos de um segredo/ Que eu canto de pé, de olhos em frente./ Há cinco anos seria de alma levantada./ 'Acima, acima gageiro,/ Capitão das águas idas;/ Vê se vês o mar inteiro/ De lágrimas.../ Perdidas...'»

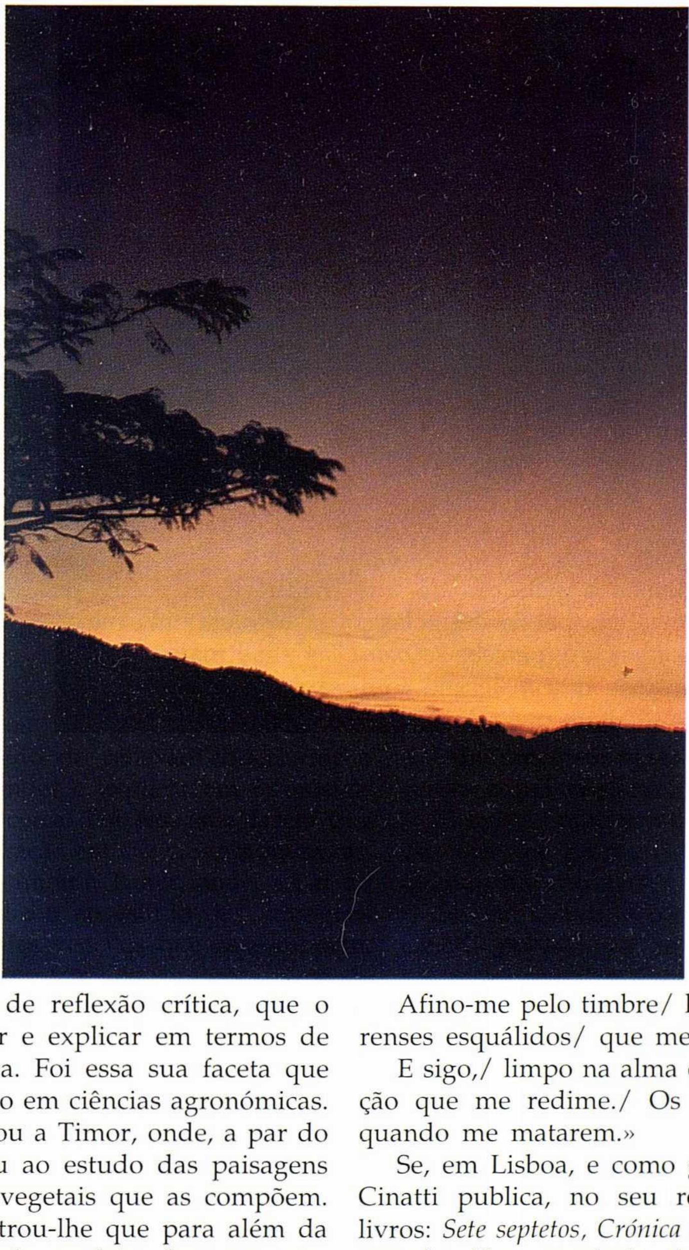
Desde 1940 que, com Tomás Kim e José Blanc de Portugal, edita os *Cadernos de Poesia,* onde se inserem *«Nós não somos deste mundo»* e, em 1942, *«Anoitecendo a Vida Recomeça».* Ainda em 1942, concebe e dirige a revista *Aventura,* que durará até 1946 — ano em que parte para Timor. 1947 encontra-o como professor de desenho em Dili.

«Naquele ano, 1947, eu era professor de desenho no liceu de Dili, instalado em Lahane, no primeiro andar do amplo edifício consignado antes da guerra à Assembleia dos Funcionários. De lá se avistava o mar, a planície arborizada de entre o bairro Farol e a ponta de Fatu-Cama, algumas casas subtraídas à destruição e o vale de Lahane, mais perto, sombreado de «pau-rosa» e marginado, de súbito, pelas encostas abruptas, que, à esquerda, se elevam na direcção de Dare. Eu era professor de desenho à falta de docente e fora-me atribuído o primeiro ano — pequenada entre os onze e treze anos, metropolitanos e timorenses.»

Em Timor, onde vem a exercer também as funções de secretário do Governador e chefe dos Serviços Agronómicos, desenvolve Ruy Cinatti grande trabalho científico. E se, durante os seus anos timorenses, parece suspender a actividade poética — embora Timor venha a ser, depois, a sua grande fonte de inspiração — datam dessa época, e como escreveu Ernesto Veiga de Oliveira, *«os escritos agronómicos fundamentais de Ruy Cinatti, quase todos versando temas timorenses».* Na Holanda, são classificadas com o seu nome algumas plantas naturais de Timor. Edita, em 1950, *Esboço histórico do sândalo no Timor português,* e, em 1954, *Vocabulário indígena de algumas plantas timorenses.*

Mas é nesses anos que Cinatti se consagra também a outra descoberta: a do povo timorense. Escreveu Jorge Dias, na introdução ao livro, ainda não publicado, *Um cancioneiro para Timor:* «Nos textos que começam em 1948 e se seguem em 1950 e 1956, detecta-se o processo da descoberta do Homem por Cinatti, a passagem do poeta-naturalista e antropólogo. Desde logo lhe interessou o Timorense como seu irmão — um homem como os outros homens, feito da mesma substância e essência.»

O homem que, segundo António Manuel Couto Viana, *«se divertia a envergar os trajos tradicionais daquelas paragens, o colete, o turbante de pano colorido, cavalgando o garrano pequeno, nervoso mas seguro, pelas montanhas altivas e luxuriantes»,* aproxima-se a tal ponto desse povo de Timor que não hesita em fazer, como lembrou Ernesto Veiga de Oliveira, «uma cerimónia de irmandade de sangue com um chefe timorense». E, olhando já esse povo com outros olhos, não pode deixar de sentir-se chocado com o que é o colonialismo português naquelas terras: «Em cada timorense havia um artista latente que, por vezes, se revelava predestinado. Para que aparecesse, bastava enquadrá-lo, estimulá-lo, convencê-lo de que a sua capacidade artística valia tanto como o trabalho nas hortas», escreveu ele, anos mais tarde, no prefácio a «Motivos artísticos timorenses e a sua integração», para logo acrescentar: «Para quando — perguntava eu — a consciência do facto, a sua promoção entre os responsáveis metropolitanos? Para quando as escolas de artes e ofícios devidamente orientadas? Para quando a valorização dos timorenses através de actividades que os poderiam singularizar no conjunto dos outros povos indonésios? (...) Ao contrário do que era voz corrente e teimosa entre os metropolitanos, promotores da educação, os timorenses não diferiam sensivelmente dos balineses, nem eram menos dotados. Faltava-lhes, sim, o estímulo certo; faltava-lhes a compreensão.»



Ruy Cinatti quer compreender: estuda, pois, as casas, os panos, os ritos. De novo Jorge Dias: «Ruy Cinatti é acima de tudo um poeta que chegou à antropologia pela sua superior capacidade de sentir e de amar a Terra, o Homem e Deus. Ele move-se em planos de sensibilidade e em planos de pensamento, conseguindo, por vezes, atingir síntese perfeita entre a verdade e o amor. Cinatti é poeta por dom natural: nasceu para sentir e comunicar a beleza e o sentido oculto que vê nas coisas e na vida. Mas nasceu igualmente dotado de reflexão crítica, que o levou tentar a compreender e explicar em termos de razão o mundo que o cerca. Foi essa sua faceta que determinou a sua preparação em ciências agronómicas. Foi a profissão que o chamou a Timor, onde, a par do ofício específico, se dedicou ao estudo das paisagens naturais e das fisionomias vegetais que as compõem. Mas a vida em Timor mostrou-lhe que para além da natureza deslumbrante, havia também homens que, vivendo numa estreita relação com ela, representavam um terceiro mundo, que Cinatti ainda não tinha descoberto.

Esse terceiro mundo é que vai fazer de Cinatti um antropólogo.»

A descoberta desse terceiro mundo vai levar também Cinatti a incompatibilizar-se com a administração portuguesa de Timor. Proíbido de sair de Díli durante um ano, regressa em 1956 a Lisboa, onde, dois anos mais tarde, a após 16 anos sem um único livro de poemas, publica *O livro do nómada meu amigo*. Incapaz, no entanto, de se manter por muito tempo em Portugal, regressa a Timor entre 1961 e 1963, e faz, em 1964, uma viagem ao Paquistão. Em 1966, visita Timor pela última vez, proibido que é pela administração colonial de lá voltar. «Propósito inadiável», de *Uma sequência timorense*, publicado em 1970, talvez lance alguma luz sobre essa proibição:

«O que magoa é ver o pobre/ timorense esquálido beber/ água do pântano/ onde se escoam lixos/ comer poeira/ e saudar-me, quando/ rodo na estrada,/ deus ocioso.

Tantos e tantos outros,/ timorenses esquálidos,/ olham-me como se dever fosse/ abrir covas,/ plantar repasto/ de milho, arroz e carne,/ encher copos vazios,/ de bebedeira e sonho,/ que não magoe,/ mortifique o ócio,/ reanime o tempo.

Fugir é melhor que prometer/ esperança em melhores dias.

Fugir é atrasar/ o discurso limite/ Travado pelas rodas/ da dúvida maníaca.

Eu não prometo nada./ Invoco os montes/ feridos pela luz,/ o mar que me circunda/ em Dili terra-tédio e de má gente.

Afino-me pelo timbre/ limpo das almas/ dos timorenses esquálidos/ que me soletram vivo.

E sigo,/ limpo na alma e no rosto,/ sujeito à condição que me redime./ Os timorenses só terão razão quando me matarem.»

Se, em Lisboa, e como gosta de dizer, «apodrece», Cinatti publica, no seu regresso a Portugal, vários livros: *Sete septetos, Crónica cabo-verdiana, O tédio recompensado, Uma sequência timorense, Memória descritiva, Conversa descritiva, Conversa de rotina.*

Apanhado em Lisboa pelo 25 de Abril, vê recusado um visto que solicita para ir a Timor. As alterações políticas, as questões em torno da descolonização, provocam-lhe vários poemas — alguns deles, diz quem o conheceu na época, «distríbuídos pela rua, aos amigos ou a quem lhe apetecia, em folhas soltas».

É de *Timor-Amor*, que publica nesse ano, tal como *Cravo singular* e *Paisagens timorenses com vultos*, o poema seguinte:

«Depois dos vinte e cinco de Abril/ nada mudou/ porque os homens não mudam de um dia para o outro.

E assim assisto/ — exemplo, o de Timor no qual me sinto/ à mesma económica postura/ de que Timor/ de nada vale/ e que portanto qualquer tipo serve/ pr'a Timor governar por mais uns anos.

Eu digo não!/ porque era outro antes e depois/ dos vinte e cinco de Abril/ e conhecendo os timorenses melhor que ninguém/ (modéstia, rua!)/ exijo um homem bom,/ viril,/ previdente,/ que faça de Timor orgulho meu/ ouvindo os outros/ que melhor conhecem.

E quanto a mim/ não vejo que Timor me possa honrar/ com os que julgam poder para lá mandar/ depois dos vinte e cinco de Abril.

Este o meu dito/ e tão lucidamente amargurado/ como o que foi antes e depois do dito/ Vinte e Cinco de Abril.

— Governar Timor por mais uns anos!/ Viver com os timorenses até ao não tempo/ da Eternidade».

Benjamim Pereira, que o conheceu bem, diz, sobre essa época: «Não tomou partido por nenhum dos grupos existentes, Fretilin, UDT, Apodeti. Foi uma fase estranha do Rui, quase de alucinação. Todos os dias aparecia com poemas. Tínhamos a sensação de um tronco a arder, uma chama viva. Na poesia dessa fase, muita da qual não publicada em livro, percebe-se bem a visão que o Ruy tinha — a de que a ligação com Portugal, a bandeira portuguesa, eram o elo de sustentação de uma unidade periclitante. Isso, nessa fase libertária, era visto por muita gente como uma posição colonialista, mas a verdade é que o Ruy nunca foi colonialista, mas amava profundamente Timor e temia o que pudesse seguir-se — e que veio a seguir-se. Alguns dos seus poemas de *Timor-Amor* são premonitórios. Repare no que se chama, exactamente, «*Premonição*»:

«Hei-de chorar/ as praias mansas de Tíbar e Díli,/ as manhãs, mesas de bruma, de Lautém,/ os horizontes transmarinhos de Dare,/ as planícies agrícolas/ de Same e de Suai.»

Essa convicção, descrita por Benjamim Pereira, de que só a ligação com Portugal poderia salvar Timor é bem patente no poema «*Realismo político*», de Junho de 1974:

«Se os Timorenses quiserem ser indonésios/ passem para o outro lado.

Se os Timorenses quiserem ser Portugueses,/ têm-me a seu lado.

Se os Timorenses quiserem ser independentes,/ construam-se!»

Clarificador da posição de Cinatti é talvez também o poema que dedicou na mesma época a Amílcar Cabral:

«Não te conheci senão a face/ igual à que se afirma a outra face,/ mas vinda de longe ouvi a voz,/ duas numa só — a tua, a minha.

Foste detido — que surpresa ignóbil! —/ por quem detinha um poder vazio/ de sentido e consciência ignara/ do teu valor provado em país nosso.

Mas mantiveste a pura isenção/ de te lançar na senda que serviste/ com preclara e viva devoção/ a uma Guiné melhor que o teu país.

Meu português, que a maré extravasa/ Timor esperou em vão por ti,/ lutou em mim, mas não desiste/ Que a tua vida seja uma lição!/ Que a tua morte, pelos tempos, seja honrada!»

Em Novembro de 1975, a Indonésia invadiu Timor.

Em 1976, Cinatti publica dois cadernos de poemas, *O a fazer-se, faz-se* e *Import-Export*. Segue-se, em 1979, *Lembranças para S. Tomé e Príncipe* e, em 1981, *56 poemas*, *Manhã imensa*, o seu último livro de poemas publicado em vida, é de 1983.

Morre a 12 de Outubro de 1986, sendo enterrado no Cemitério dos Inglesinhos, em Lisboa. O seu património financeiro é doado à Casa do Gaiato e à Obra do Calvário.

Após a sua morte, disse dele Sophia de Mello Breyner:

«O que tornava Ruy Cinatti uma pessoa à parte, era o facto de nele a presença da pessoa ser da mesma natureza do poema que escrevia.

Não era um santo, nem um extraterrestre, pois tinha as suas malícias, fitas e fingimentos. Mas havia nele algo de visionário. Era também um homem de uma inteligência extrema e de uma verdadeira, profunda e múltipla cultura.

Direi que ele foi talvez o poeta português do meu tempo que mais me influenciou. O *Coral* foi escrito sob a sua influência directa, influência não só da obra, mas também da pessoa, da presença... E creio que ele influenciou também Jorge de Sena e muita outra gente da nossa geração.

Ele era um pouco mais velho do que nós e, em certo sentido, um mestre. Havia nele um dom especial. Alguém dizia que ele era um catalizador. E nesse tempo de juventude havia nele um encanto que só pode sentir quem o conheceu. Ele disse: 'Aqueles que me amam, conhecem o mistério que torna a minha voz inesquecível.'»

Jorge de Sena e muita outra gente da nossa geração.

Ele era um pouco mais velho do que nós e, em certo sentido, um mestre. Havia nele um dom especial. Alguém dizia que ele era um catalizador. E nesse tempo de juventude havia nele um encanto que só pode sentir quem o conheceu. Ele disse: 'Aqueles que me amam, conhecem o mistério que torna a minha voz inesquecível.»

VERMELHA A TERRA AZUL O MAR

«A minha primeira impressão de Timor, no desembarque em Díli, foi a de que pisava de novo terra da Índia do`Concão, a Índia dos palmares.

A mesma cor vermelha do solo, aqui de xistos e suas argilas, lá de laterites, a mesma flor, a mesma tez da gente. Apenas aqui mais nacarada a luz, mais docemente aproximada do sonho dos homens.

Pouco a pouco, porém os pormenores se definiram, distanciando. Era, de facto, ainda, o continente indiano, um prolongamento da Samatra, de Java, da Península Malaia, mas já um mundo novo me aparecia, provindo de afundimentos e soldagens milenárias de uma Australásia imensa, ora imersa, ora emersa, num seu estertor catastrófico, e a altear-se pela obra cega e infatigável dos infusórios, pelos lodos e lavas e pelas ondas, revoltas pelos ciclones do Índico e pelos tufões do Pacífico.

Os palavões brancos (*Eucalyptus alba*), das encostas xistosas do litoral, diziam-se já a soledade adusta e sem sombra do 'bush' australiano não distante.

Árvore-do-pão esbeltíssima e robusta, não a espécie da da fruta-pão, mas a das castanhas deliciosas, logo ao começo do alto de Lahane, e os sagueiros das praias estreitas, guardadas pelos crocodilos do mar, e sempre frementes, eternamente ressoantes à brisa das restingas de coroliários, diziam já as ilhas encantadas do Pacífico, cuja emanação é para o homem branco como que um éter de exaltação, de doçura exânime, de ebriedade e de morte...

A breve fauna de Timor não é já, pode dizer-se, a da Índia, como é a da Samatra, da Península Malaia, a de Java, mas a da Australásia vizinha, tão diversa. Nem falta em Timor um canguru, a pequena «méda». (...)

Perto do caminho as plantações indígenas de cafeeiros afundam-se em um sombrio verde luminoso, lacado de verticilos de bagas vermelhas ou verdes claras, de uma ou outra pequena flor pálida do segundo florir do cafezal ou cafeeiral, como se prefira dizer.

Pelos lacetes verdejantes do caminho sempre a subir, desenrola-se a colorida cavalgada timoresa. Já se ouve o fragor metálico dos *tèbedais* do comando de Hátu-Lia na plantação de Hátu-Régas, e em meio de cafezais formosíssimos, aqui e além geados de florinhas como jasmins, carregados de cerejas verdes ou vermelhas, entre alas infindáveis de mulheres a tangerem *gongs* e tamboris, muitos estrondos e tangeres, — como diz Fernão Mendes Pinto —, entramos no terreiro da bela propriedade da Sociedade Agrícola Comercial e

Industrial de Timor, hoje dirigida pelo Sr. tenente Leovigildo Ladislau de Mascarenhas Inglês, que com sua mulher e sua linda filha nos recebeu tão agradavelmente. Está-se já a 1002 metros de altitude. O largo terreiro da plantação apinha-se de indígenas do vasto e populoso comando de Hátu-Lia.

A gente do reino meridional do Suro, à faldas do Ramelau na fronteira de Manufáhi, com o seu grave chefe ao meio e adiante avança em duas grandes massas corais, uma, à esquerda de homens, a outra de mulheres, que tangem *gongs* e tamboris de guerra. Em frente da ala dos homens, o velhíssimo Datò-Lulik, ou feiticeiro do reino, em frente da quadrilha das mulheres o Loiré ou Bôbo, fazendo esgares, dando pulos de acrobata, sempre de ponta da língua de fora, avermelhada do bétle, movida continuamente entre os lábios finos.

Com uma voz ainda firme, o velho magríssimo canta:

— «Não somos do sol nem da terra, mas do Embóote (Governador). Dantes não queríamos nem sabíamos trabalhar. Mas agora já nos ensinaram, já queremos trabalhar».

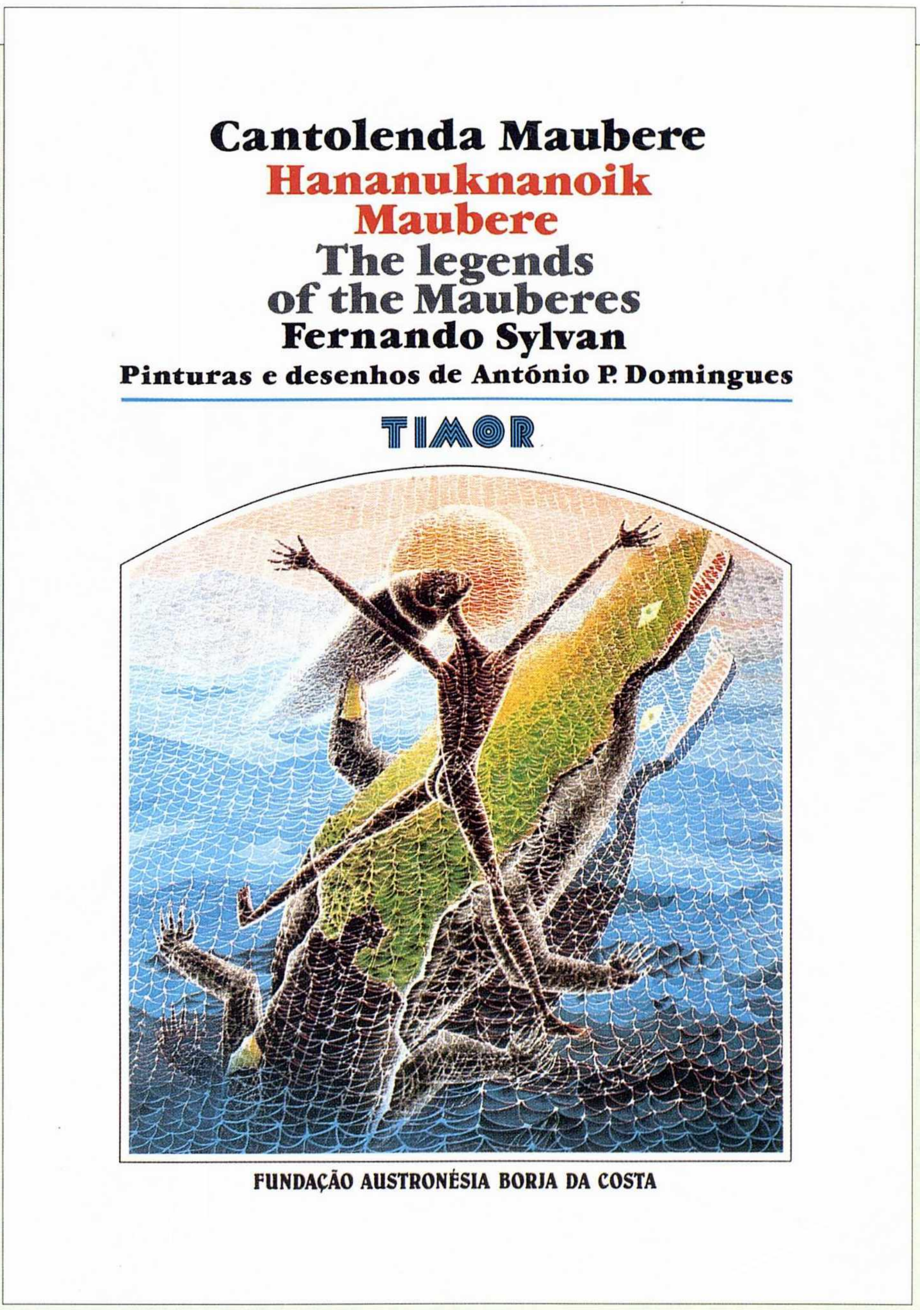
Sinto aproximar-se o rumor de um chuveiro nas folhagens da mata e recolho lestes. Uma grande nuvem roça a montanha, inunda de chuva a terra, e desliza para mais longe. Recompõem-se os tébedais, a mole de gente cobre de novo o terreiro. É o primeiro anúncio da chuva da tarde, mas passou.

Volta das pastagens um lindo rebanho de vacas Bânteng, ou de Bali, importadas de Java, onde ainda hoje vivem selvagens, como em Samatra, em Bornéo e no Barmá. São castanhas-flavas, malhadas de uma grande ova branca nas fraldas, brancas as pernas, finas pontas em crescente lunar. Zoologicamente são o *Bibos sundaicus*, ou Boi Bânteng, sendo o Karbau, ou búfalo malaio, uma variedade der *Bubalus Arni*.

Vêm apresentar as suas homenagens aos velho régulos de Cailaco e de Deribate, acompanhados de suas mulheres principais, dos seus dignitários, dos seus tebedais de cerimonial, com seguates de animais, trazidos em andores floridos. O de Deribate é grave. O de Cailaco tem para o sr. Governador, que o conhecera há anos ainda herdieor presuntivo, um bom sorriso inteligente. E como é pitoresca a sua farda de marinha do tempo de D. João VI, pelo menos, dragonas sobre o peito, à laia de luas, pendentes como condecorações, abas do avoengo bicorne sobre o sombros, e ornadas de dragonas também! Um dignitário empunha o régio paiung, que é para o caso um feminil sombrinha de rendas, com vidrilhos pretos. Outro dignitário traz o régio bastão de rota de Malaca com castão de prata, e outro a estadela de rotim de Cantão. É encantador de dignidade bárbara, o velho régulo descalço.

Vou relançear uma última vez a vista sobre a infinita e esplêndida paisagem da esplanada do poente. Ao fundo, para a banda das ribeiras de Carau-Ulo (Cabeça de Búfalo) ou Batuto, é um musgo unido a imensa floresta vendida pela Sociedade Pátria e Trabalho à Companhia de Timor. A larga bacia verdeclara do Lóis é agora uma luminosa alvura de espumas na venada ágata ambarada da tarde. São de um translúcido azul profundo os longínquos montes de Bubonaro e Fialáran, a cordilheira do Darulau e do Ramelau, que esconde o Kabelaki, o monte lulic das almas timorenses, dos porcos vermelhos, dos cães encarnados, todo agitado pela áspera saudade dos mortos ainda mémores...

ALBERTO OSÓRIO CASTRO (1886-1946), *Ilha Verde e Vermelha de Timor.*



Cantolenda Maubere
Hananuknanoik
Maubere
The legends
of the Mauberes
Fernando Sylvan
Pinturas e desenhos de António P. Domingues

TIMOR

FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA BORJA DA COSTA

«Cantolenda Maubere»
uma viagem à descoberta de Timor

Preço: 2000$00

Pedidos à Fundação Austronésia Borja da Costa
Rua Caetano Alberto, 19
1000 LISBOA

LEQUEÇAN

VEMASSIN

A COBRA DE OIRO

FERNANDO SYLVAN *

É que não está esquecido o que aconteceu aos dois irmãos do rei Vemassin e aos descendentes deles, condenados a tornarem-se na plebe mais plebe dos povos de Timor. Eles tinham-se esquecido de que só a mãe garante aos filhos o nome do pai. E o nome que ela disser é lei.

Pois os dois irmãos do rei Vemassin duvidaram da palavra da mãe quando ela lhes disse que o pai deles era a cobra de oiro do rei de Lequeçan. E como a palavra da mãe é lei, foram amaldiçoados até ao fim de todas as gerações. Mas o outro, o que acreditou na palavra e na honra da mãe, foi abençoado e feito rei.

O rei de Lequeçan e que depois foi de Ué Massin, tinha um amuleto ou lulik de maravilhoso poder e que, metido numa preciosa caixa, trazia sempre na sua companhia: era uma cobra de oiro.

Numa noite em que o luar era tão claro que o verde das florestas convidava os cavalos e os búfalos a não adormecerem, a cobra de oiro libertando-se do seu refúgio de sono, transformou-se em homem. Um homem todo de pele de café, com o mar cavado nos olhos e o vento a bailar-lhe nos cabelos. E havia a jovem irmã do rei de Ué Massin cansada de ser viúva do rei de Behali: E a cobra de oiro feita homem de pele de café, com o mar cavado nos olhos e o vento a bailar-lhe nos cabelos fez reviver a carne da irmã do rei do Ué Massin, cansada de ser viúva do rei de Behali.

Nasceram três gémeos. Em todo o reino se perguntava pelo nome do pai deles. E as crianças, à medida que cresciam, ouvindo no ar o coro de tantas interrogações, perguntavam, também, pelo nome do pai.

Passaram-se os anos. Os filhos da irmã do rei de Ué Massin, viúva do rei de Behali, fizeram-se homens. E, então, a mãe deles, que em jovem se cansara de ser viúva e que depois se cansara do silêncio que a desonrava, levou os filhos diante da caixa preciosa que encerrava a cobra de oiro do rei de Lequeçan e de Ué Massin e revelou-lhes o mistério: a cobra de oiro era o pai deles!

Dois dos filhos vaiaram a mãe e apedrejaram o cofre da cobra de oiro. O outro acreditou no mistério do seu nascimento, porque só a mãe garante aos filhos o nome do pai. E o que ela diz é lei.

Então a cobra de oiro do rei de Lequeçan transformou-se de novo em homem de pele de café, ainda com o mar cavado nos olhos e o vento a bailar-lhe nos cabelos, como naquela noite em que o luar era tão claro que o verde das florestas convidava os cavalos e os búfalos a não adormecerem. E a divindade humanizada ditou, bela e tragicamente, o destino dos filhos: o filho que não duvidara da palavra da mãe, e que era verdadeiro timorense, fundaria um reino, o reino de Vemassin, e viveria enaltecido pelos seus súbditos. Mas os outros filhos seriam escorraçados e fariam parte da plebe mais plebe de Timor.

Esta lenda renasce de cada vez que nasce uma criança timorense. E cresce com ela. E por isso ninguém duvida da palavra de sua mãe. Porque se duvidar, a cobra de oiro do rei de Lequeçan, ou outra cobra qualquer, ou a consciência, surgirá humanizada a castigá-lo.

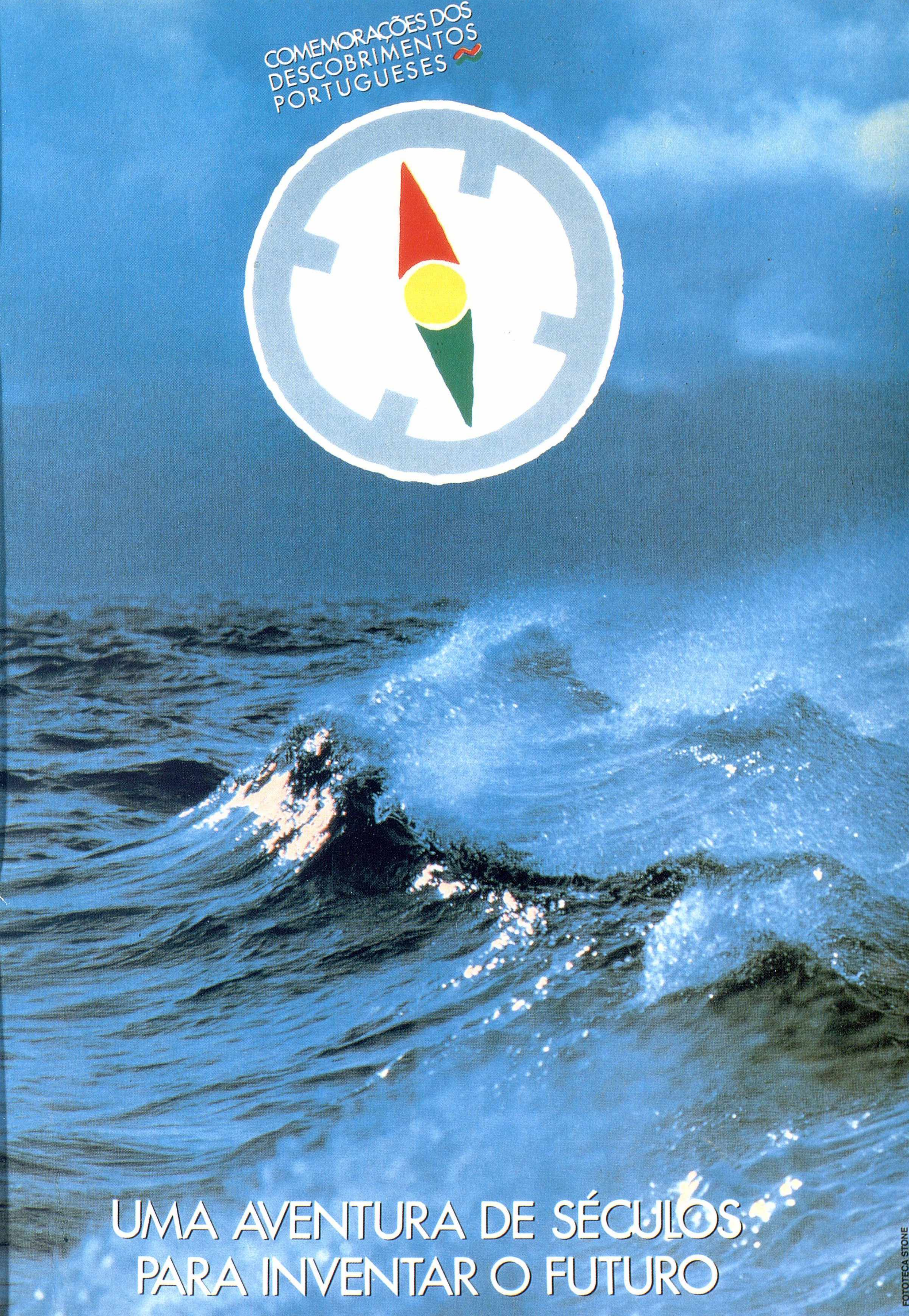
---

* in *Literatura Ultramarina*, Ed. Sociedade de Geografia de Lisboa, 1972.

Coral

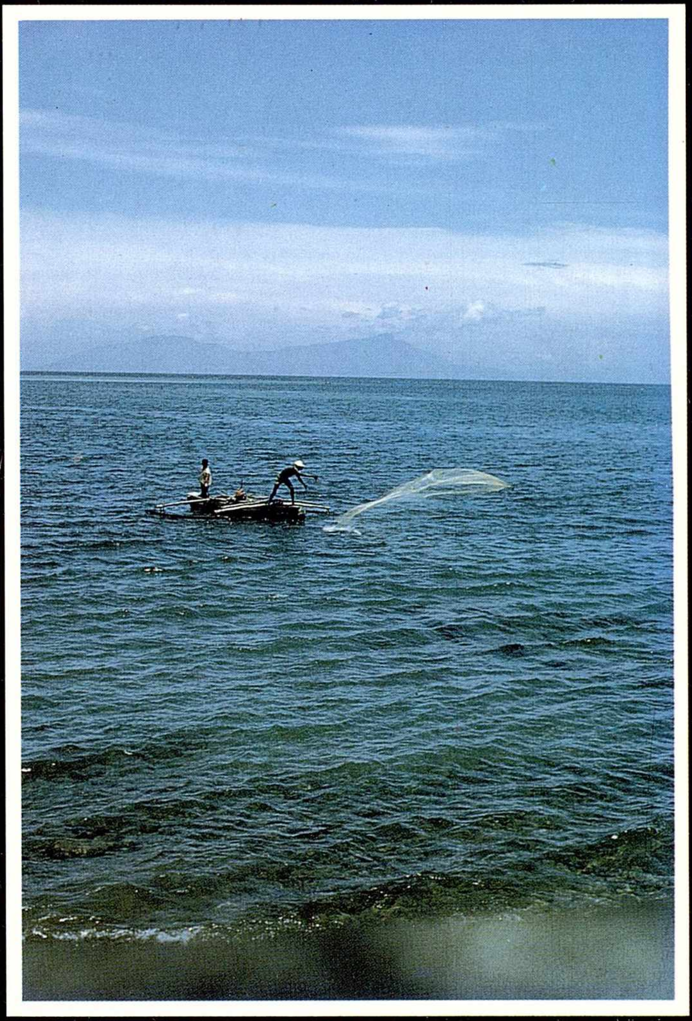
Pulmão verde, flexão de zagaia retesada, lastro de calhaus polidos à cintura,
mergulho nas cicatrizes de salitre da *korkora* ancorada:
Abro os olhos,
(sempre abri os olhos para os fantasmas mais terríveis)
e nado para o fundo. Água cristalina de cintilações, ecos, murmúrios da cidade de
Díli; ondula, gesticula, escreve estórias, escurece; não largo o lastro que contraria
a impulsão, sempre para baixo, olhos abertos; passeio nas estradas ladeadas pelos
arrozais de monção: búfalo amigo — uma grinalda de flores par a tua canga, meu
irmão — e desato o laço lastro!
Amplia-se o escuro fundo: passa por mim, a carrinha do velho padre do colégio,
bate latas treque-treque dang-dang Avé Maria, bate-latas e desaparece na poeira
pela esquerda baixa;
o meu avô desce do retrato, sorrindo, com a sua espada de luta
contra os japoneses, sua fronte ornada da meia lua cerimonial.
Doem-me os pulmões, olhos na noite oculta do mar Taso Feto passa por mim um esboço sombra: vejo os rostos
adolescentes de Borja e Lobato,
sorriem com olhos d'água — promessa de palmeira e *batik*.
Sombras nas sombras, uma fila enorme, uma multidão marcha em silêncio
passos d'alga. De nácar, os sorrisos os nos meus sorrisos.
Depois, súbita, uma vibração: advinho-os mais que os vejo.
Polvos, moreias, tubarões. Cercam-me. Ameaçam-me, espectros do Hades,
criaturas do inferno. Roçam a minha pele e cabelos.
Depois num centésimo de segundo, invoco meu irmão ancestral!
E o grande crocodilo verde surge dos abismos, poderoso como uma ilha, leve como
uma nuvem, varre-os num golpe ígneo de cauda.
Rebentam os meus pulmões, não posso mais! Ainda é longe o fundo desta dor?
Desço como se subisse o Ramelau. Estrelas borbulham no céu,
fina poeira de impérios.
Aproximo-me das estrelas, estou meio morto, pensei.
E abro os olhos para o coral no fundo mar, que me beija de esperança,
de esperança ou beijo de extrema-unção.
Largo o lastro em cima das estrelas coral.
Ascendo para a luz.

Jorge Lautém


COMEMORAÇÕES DOS
DESCOBRIMENTOS
PORTUGUESES
UMA AVENTURA DE SÉCULOS
PARA INVENTAR O FUTURO

FOTOTECA STONE

FUNDAÇÃO AUSTRONÉSIA
BORJA DA COSTA



A cultura é a memória
de um povo que não morre!